



AXIA
ENERGIA



**Relatório da Administração
2025
Santo Antônio Energia S.A.**



AXIA
ENERGIA



Fale com o RI

ri@axia.com.br
ri.axia.com.br

SUMÁRIO

1.	Destaques 2025	7
1.1.	Lucro Líquido	7
1.2.	Dividendos mínimos obrigatórios	7
1.3.	Rating das debêntures	7
1.4.	Amortização extraordinária 1ª emissão de debentures - Cash sweep	7
2.	A Santo Antônio Energia	7
2.1.	Composição Acionária	8
2.2.	Governança Corporativa	9
3.	Desempenho Operacional	10
3.1.	Segmento de Geração	10
3.2.	Comercialização	10
4.	Desempenho Econômico-Financeiro	11
4.1.	Receita Operacional	11
4.2.	Custos e Despesas Operacionais	12
4.3.	Despesas Gerais e Administrativas	12
4.4.	Resultado Financeiro	13
4.5.	EBITDA Consolidado	13
4.6.	Resultado Operacional Líquido	13
4.7.	Capital Circulante Líquido	13
4.8.	Patrimônio Líquido	14
4.9.	Perfil do Endividamento	14
4.10.	Covenants	14
5.	Política de Equidade	15
6.	Responsabilidade Social e Ambiental	15
7.	Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	17
8.	Demais Assuntos	17
8.1.	Gerenciamento de Riscos	17
8.2.	Segurança de Barragens	17
8.3.	Aprovação das Demonstrações Financeiras	17
8.4.	Aderência à Câmara de Arbitragem	18
8.5.	Política de Distribuição de Dividendos	18
8.6.	Remuneração aos Acionistas	18
8.7.	Destinação dos Resultados de 2025	18
8.8.	Relacionamento com Auditores Independentes	18

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2025 marcou um novo capítulo na trajetória da maior empresa de energia limpa do Hemisfério Sul. A Eletrobras agora é AXIA Energia, uma marca que nasce a partir de seu legado e representa a visão de futuro de uma Companhia orientada pela disciplina financeira, excelência operacional e geração consistente de valor. Desde a privatização temos executado com rigor um plano de transformação que combina foco no cliente, simplificação societária, modernização de processos, eficiência operacional, disciplina de capital, retomada dos investimentos e um posicionamento cada vez mais destacado no setor elétrico brasileiro.

Um dos principais benefícios advindos da privatização foi a retomada da capacidade de investimentos, com foco na resiliência, segurança e eficiência operacional. Em 2025, investimos R\$ 9,6 bilhões, um aumento de 18% em relação a 2024. Merecem destaque a modernização das usinas hidrelétricas, no segmento de geração, e o crescimento expressivo dos investimentos em reforços e melhorias no segmento de transmissão, atingindo nível recorde no ano.

O foco na ampliação da infraestrutura de transmissão ficou evidenciado pela participação ativa da AXIA Energia nos leilões do setor, nos quais a Companhia se destacou como uma das grandes vencedoras. Após mais de oito anos sem novas conquistas, voltamos a demonstrar competitividade, arrematando lotes nos leilões realizados em 2022, 2023, 2024 e 2025. A última participação vencedora anterior havia ocorrido no Leilão nº 007/2013, em 14 de novembro de 2013. Esse desempenho reforça o posicionamento da Companhia como protagonista no desenvolvimento do setor elétrico, com investimentos em transmissão que totalizam R\$ 13,7 bilhões para os próximos anos. O portfólio atual reflete um ciclo de investimentos sem precedentes, com cerca de 223 projetos de reforços e melhorias.

Desde a sua privatização, a AXIA Energia concluiu obras estratégicas, incluindo projetos paralisados há anos. Destaque para a linha Manaus–Boa Vista da Transnorte Energia – TNE que conectou o Estado de Roraima ao Sistema Interligado Nacional (SIN), reduzindo a dependência de geração térmica, e para entrega do Parque Eólico Coxilha Negra. Em 2026, está prevista a conclusão de mais um projeto relevante: a revitalização do sistema HVDC (*high voltage direct current*) de Itaipu com investimentos de cerca de R\$ 2 bilhões.

No último ano, continuamos a executar a estratégia de diversificação na base de fornecedores, contribuindo para a mitigação de riscos operacionais, o fortalecimento da competitividade, a resiliência da cadeia e principalmente aumentando os padrões de saúde e segurança. Esse avanço foi sustentado por processos de qualificação e avaliação de fornecedores, com ênfase em requisitos de saúde, segurança e meio ambiente. Ao ampliar e qualificar continuamente seus fornecedores, a AXIA Energia reduz dependências, estimula a concorrência, promove melhores condições comerciais, assegura maior capacidade de resposta às demandas dos projetos e das operações de forma cada vez mais segura.

Em 2025, vimos importantes mudanças no setor de energia. A migração de cerca de 21,7 mil consumidores para o mercado livre de energia se manteve em ritmo acelerado em 2025 e confirmou a consolidação do Ambiente de Contratação Livre. O mercado se apresenta como um ambiente estruturalmente volátil, complexo e cada vez mais orientado para a gestão de riscos. A complexidade da operação do sistema elétrico brasileiro, devido à crescente participação de fontes renováveis intermitentes, se traduz em maior volatilidade do preço, que não pode mais ser considerada um evento temporário, mas uma característica do mercado, exigindo dos agentes uma postura conservadora e maior disciplina financeira. O desafio de atendimento da ponta do sistema é crescente, nesse sentido, lançamos uma plataforma digital que permite aos clientes oferecerem sua energia para o Operador Nacional do Sistema nos horários de pico de consumo nacional. Esse é mais um exemplo de como a AXIA Energia é uma Companhia voltada ao cliente, que desenvolve soluções adaptadas às suas demandas e alinha processos para ampliar constantemente a sua base.

Continuamos avançando o processo de simplificação e otimização da estrutura societária. Destaque para a assinatura do acordo para venda da participação na Eletronuclear para a J&F. Concluímos a alienação dos nossos ativos termelétricos, e com essa transação, a AXIA Energia passou a deter um portfólio 100% renovável, em linha com seu compromisso *Net Zero 2030*.

Adicionalmente, concluímos aquisições como: a SPE Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A, UHE Colíder, Tijoá Energia e a Eletronet.

Essas operações estão em linha com a estratégia de descruzamento de ativos, visando a otimização de participações minoritárias, a melhoria da alocação de capital e a simplificação da nossa estrutura societária.

A gestão financeira continuou como uma das prioridades da AXIA Energia, com a realização de importantes operações financeiras e a captação de recursos de cerca de R\$ 8 bilhões. A agência de *rating* Moody's elevou nossa classificação de risco reconhecendo os consistentes avanços na gestão da Companhia.

Seguimos a nossa metodologia de alocação de capital, baseada numa visão de alavancagem ampliada aplicada no horizonte dos próximos cinco anos. Com base na metodologia, o Conselho de Administração aprovou uma distribuição recorde de R\$ 8,3 bilhões em dividendos ao longo de 2025. Em dezembro, aprovamos a capitalização de R\$ 30 bilhões das reservas de lucro, mediante a emissão de ações preferenciais de classe "C" a título de bonificação, e criamos ações preferenciais imediata e compulsoriamente resgatáveis para os detentores de ações preferenciais classe A e B, de modo a preservar os direitos estatutários desses acionistas.

No âmbito da governança corporativa, destaca-se o anúncio da nossa intenção de migrar para o Novo Mercado, iniciativa que será submetida aos nossos acionistas nas Assembleias de 1º de abril de 2026, reforçando, o compromisso da Companhia com a adoção de elevados padrões de governança e transparência, bem como a homologação pelo Supremo Tribunal Federal do Termo de Conciliação firmado com a União, no âmbito da Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Federal.

No aspecto de sustentabilidade, a AXIA Energia manteve avanços relevantes em sua agenda ambiental e climática. A Companhia obteve a nota A do CDP – *Carbon Disclosure Project*, avaliação máxima que a posiciona entre as referências globais em transparência, ação climática e gestão ambiental. Adicionalmente, passamos a integrar o *S&P Global Sustainability Yearbook 2026, ranking* internacional que reconhece empresas com desempenho consistente e elevado em sustentabilidade. Firmamos o primeiro contrato de venda de créditos de carbono com o Banco do Brasil, que utilizará os créditos gerados pela usina Teles Pires.

A inovação consolidou-se como um pilar estratégico da AXIA Energia, apoiada pelo modelo que integra tecnologias e parcerias para acelerar o desenvolvimento de soluções em escala. Ao longo do ano, a Companhia investiu em inovação e tecnologia, com foco na digitalização dos ativos, uso de *analytics*, automação e inteligência artificial, gestão de riscos operacionais e climáticos, além do avanço em soluções como armazenamento de energia.

A área de Gente da AXIA Energia foi um dos pilares de sustentação do processo de transformação cultural da Companhia. Ao longo do ano, consolidamos o modelo de competências, alinhado à visão de longo prazo, à cultura de segurança e às exigências de um ambiente mais competitivo e orientado a resultados, passando a nortear os processos de gestão de desempenho, desenvolvimento de lideranças e engajamento dos times. Desdobramos metas distribuídas por todos os níveis hierárquicos da Companhia, medindo performance de forma organizada e consistente. Nesse sentido, a Companhia lançou o Programa de Compra de Ações permitindo que seus profissionais se tornassem acionistas. O programa contou com a adesão de 22% dos colaboradores, percentual relevante para programas dessa natureza, evidenciando o fortalecimento da cultura de dono e o alinhamento de longo prazo. A AXIA Energia agradece a confiança demonstrada por seus colaboradores, que acreditam na Companhia e em sua estratégia de crescimento sustentável.

Nossa prioridade permanece sendo a segurança e a saúde dos nossos colaboradores e prestadores de serviço. Mantivemos a trajetória de redução da taxa de acidentes com afastamento, que ficou 22,9% abaixo de 2024, ao mesmo tempo em que elevamos os padrões de segurança das operações. Seguimos investindo de forma contínua em treinamentos e em tecnologia, com o objetivo de tornar o ambiente de trabalho da AXIA Energia cada vez mais seguro.

Por fim, registramos nosso reconhecimento e agradecimento a todos os colaboradores da AXIA Energia, que, com dedicação e competência, foram fundamentais para as conquistas e avanços

alcançados ao longo de 2025. Em um ano marcado por transformações relevantes, a atuação responsável, colaborativa e orientada a resultados de nossos times foi decisiva para fortalecer a cultura, elevar o nível de governança e sustentar a execução da estratégia da Companhia. Seguimos confiantes de que o engajamento e o protagonismo das nossas equipes continuarão sendo um diferencial para o crescimento sustentável da AXIA Energia e para a geração de valor consistente a todos os nossos *stakeholders*.



Vicente Falconi

Presidente do Conselho de Administração
da AXIA Energia



Ivan Monteiro

Presidente
da AXIA Energia



1. DESTAQUES 2025

1.1 Lucro Líquido

A Companhia registrou o seu maior lucro no montante de R\$ 921 milhões em 2025, R\$ 141 milhões a maior quando comparado ao mesmo período de 2024 — R\$ 780 milhões. Vale ressaltar que, tanto em 2024 como em 2025 o lucro apresentado é operacional.

1.2 Dividendos mínimos obrigatórios

Reconhecimento de dividendos aos acionistas em R\$ 174MM na SAESA.

1.3 Rating das debêntures

Em 14 de janeiro de 2026, a agência de classificação de risco *Fitch Ratings* afirmou os *Ratings* Nacionais de Longo Prazo 'AAA (bra)' de emissões de debêntures com perspectiva estável, conforme a seguir:

- Primeira série da primeira emissão de debêntures, no montante de BRL760,1 milhões, com vencimento em outubro de 2037;
- Segunda série da primeira emissão de debêntures, no montante de BRL760,1 milhões, com vencimento em junho de 2038.

1.4 Amortização extraordinária 1ª emissão de debêntures – Cash Sweep

Em 17 de fevereiro de 2025, em atendimento às condições do contrato de cessão fiduciária, a Companhia realizou a amortização extraordinária (*cash sweep*) das debêntures, no valor de R\$ 719,3 milhões.

2. A SANTO ANTÔNIO ENERGIA

A Santo Antônio Energia S.A. (“Companhia” ou “SAESA”) é a concessionária responsável pela implantação e exploração da Hidrelétrica Santo Antônio, está localizada no rio Madeira, em Porto Velho, estado de Rondônia.

Com 50 unidades geradoras em operação comercial e capacidade instalada de 3.568 MW e 2.313 MWh de garantia física ao fim de 2025, a UHE Santo Antônio destaca-se pela utilização de turbinas do tipo “Bulbo” — que operam em rios de baixa queda e grande vazão de água, como barragem a fio d’água.

A construção da UHE foi iniciada no segundo semestre de 2008, com a entrada da primeira unidade geradora em operação comercial em março de 2012, nove meses antes do previsto em seu Contrato de Concessão, que inicialmente tinha duração de 35 anos a partir de sua assinatura, efetuada em 13 de junho de 2008. Em 2021, com a aplicação da Lei 14.052/2020, a vigência da concessão foi ampliada em 4 anos e 4 meses, passando para 17 de outubro de 2047.

Em fase de geração plena, com todas as unidades em operação comercial desde janeiro de 2017, a hidrelétrica produz energia de fonte limpa e renovável, com índices de rendimento comprovados perante o Poder Concedente, suficiente para o consumo de mais de 45 milhões de brasileiros.

A UHE Santo Antônio está conectada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) por meio de duas linhas de transmissão em alta tensão (525 kV) e corrente contínua, além de ter outra linha de 230 kV



AXIA ENERGIA

construída para atender ao consumo exclusivo dos estados de Rondônia e Acre. Com extensão de 2.400 km, as mais longas do mundo, essas linhas ligam a subestação conversora construída na cidade de Porto Velho, no estado de Rondônia, à subestação de Araraquara, no estado de São Paulo, atravessando cinco estados e 90 municípios.

2.1 Composição acionária

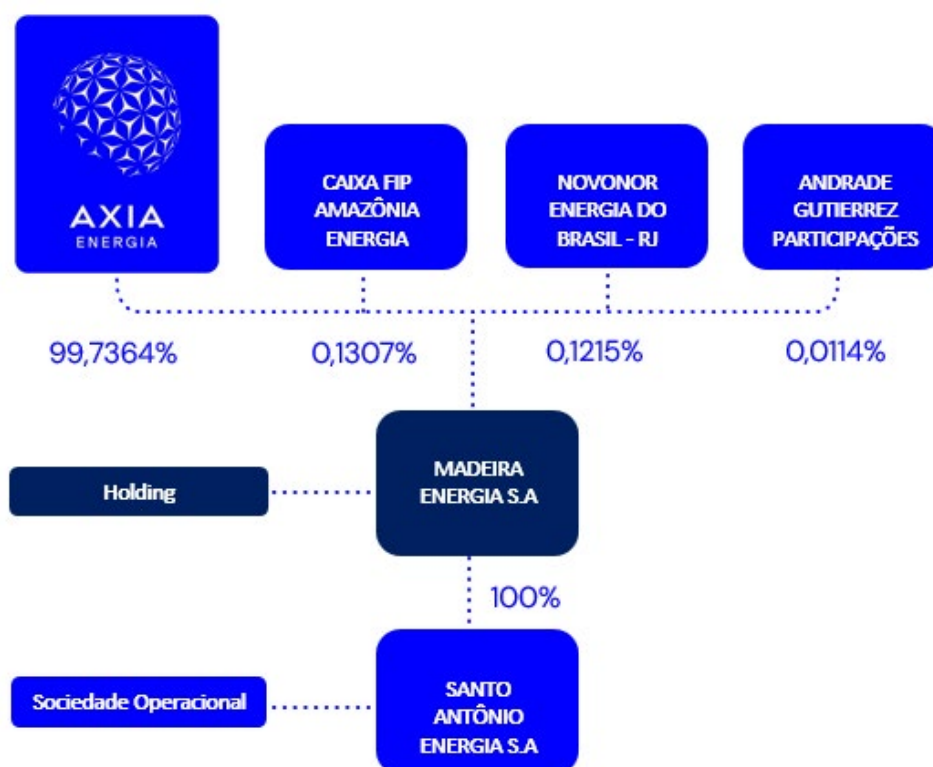
A Santo Antônio Energia é controlada pela Madeira Energia S.A. (“Controladora” ou “MESA”), que detém 100% do seu capital total.

Em 2023, foi realizada uma grande reestruturação da dívida da Companhia, na qual a Centrais Elétricas Brasileira S.A. (AXIA Energia), aportou R\$ 13.547 milhões na MESA, passando a deter de forma direta e indireta 99,73% de seu capital social.

Em dezembro de 2024, foi realizada redução de capital da MESA e da SAESA para absorção dos prejuízos acumulados até o exercício de 2023, passando o capital social da SAESA, totalmente subscrito e integralizado, a ser de R\$ 15.717 milhões, dividido em 1.801.134.793.836 ações ordinárias.

Composição acionária da SAESA em 31 de dezembro de 2025

Em janeiro de 2025, foi aprovada a dissolução da SAAG Investimentos S.A., que detinha 0,701% do capital social da MESA, passando a Andrade Gutierrez Participações e a AXIA Energia a deterem as seguintes participações diretas:





2.2 Governança Corporativa

A Santo Antônio Energia pauta sua atuação pela transparência nas relações, com metas claras de desempenho e compromissos assumidos com nossos investidores, clientes, integrantes, fornecedores e a sociedade, de modo geral. De acordo com o Estatuto Social da Santo Antônio Energia, o Conselho de Administração é composto da seguinte forma:

Conselho de Administração

Mandato

Mandato unificado de um ano, permitida a reeleição.

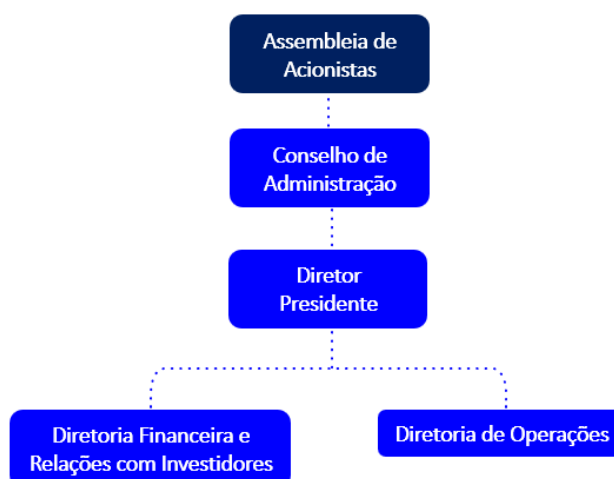
Composição

Composto de três a cinco membros, contando atualmente com três membros efetivos.

A Companhia adota um sistema de governança corporativa formalizado, sustentado por seu Estatuto Social e por um conjunto de normativos de Compliance. Entre esses instrumentos, destaca-se a norma específica sobre Conflito de Interesses, emitida por sua controladora, a AXIA Energia.

Estrutura e Governança Corporativa

Em 2025, a estrutura organizacional da SAESA se apresenta da seguinte maneira:



A Companhia conta, ainda, com um Portal de Governança, garantindo aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria maior transparência e facilidade no acesso às informações necessárias para um melhor desempenho de suas responsabilidades legais e estatutárias.

Diante da atual estrutura apresentada, a Santo Antônio Energia compromete-se a continuar aplicando e aperfeiçoando constantemente todos os procedimentos necessários para o atendimento das melhores práticas de Compliance e de Governança Corporativa em concordância com seu controlador.



3. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1. Segmento de Geração

O ano hidrológico de 2025 no rio Madeira foi marcado pela normalização e recuperação das condições hidrológicas, em função do predomínio do fenômeno *La Niña*, refletindo-se em um comportamento mais regular do regime fluvial ao longo da bacia. Ao longo 2025, observaram-se níveis e vazões próximos ou ligeiramente acima da Média de Longo Termo — MLT, garantindo maior estabilidade hidrológica e condições operacionais compatíveis com a normalidade histórica. Esse cenário difere de forma expressiva daquele registrado em 2024, quando a atuação intensa do fenômeno *El Niño* resultou em baixos volumes de precipitação na bacia Amazônica, especialmente na bacia do Madeira, e em vazões persistentemente abaixo da média. Naquele ano de 2024, foram registrados no rio Madeira o menor nível e a menor vazão de toda a série histórica¹, com 19 cm e 1.716 m³/s, respectivamente, no posto hidrométrico de Porto Velho, no estado de Rondônia. Já no mesmo período do ano seguinte, em outubro de 2025, os níveis situaram-se em torno de 200 cm, com vazões próximas a 4.000 m³/s, o que representa, de forma objetiva, a transição de um cenário de escassez extrema em 2024 para um regime hidrológico estável e próximo da normalidade em 2025.

A mudança de cenário hidrológico, variando de uma seca extrema a um cenário de vazões mais próximas da média histórica, embora represente um cenário de menor desafio em termos de geração, representa um cenário desafiador para o planejamento e execução das manutenções dos equipamentos. Nestas condições o tempo disponível para efetuarmos manutenções sem impactos na geração se torna menor. Com muito trabalho, organização e senso de priorização conseguimos equilibrar a realização das manutenções essenciais planejadas com pouco impacto na geração.

Outro ponto de destaque para o ano de 2025 foram as constantes reduções de geração solicitadas pelo ONS por conta da atual composição da matriz energética do SIN. Este tema tem sido constantemente discutido pelos diversos agentes do setor elétrico mas, até o momento, não há perspectiva de qualquer mudança a curto prazo. Para a usina, esta necessidade do SIN tem reflexo imediato na geração acumulada do ano, tendo em vista que, por ser usina a fio d'água, parte da energia turbinável acaba vertida em momentos de restrição de geração imposta pelo SIN.

Mesmo considerando esses e outros pontos relevantes, encerramos o ano de 2025 com bons indicadores a geração acumulada de 2025 foi de 16.797 GWh, superior ao montante de 16.064GWh de 2024. Nosso ID, embora tenha reduzido em 2025, permaneceu por todo o ano acima do ID de referência (94,76%) fechando o ano em 98,58% (FID de 104,03%); e nossa taxa de falha e taxa de defeitos reduziram, respectivamente, de 1,25% em 2024 para 1,06% em 2025 e de 1,39% em 2024 para 1,28% para 2025, comprovando que embora nosso ciclo de manutenção tenha sido mais curto, as ações realizadas surtiram os efeitos esperados.

3.2. Comercialização

Em 2025, a área de comercialização da AXIA Energia passou por um processo de fortalecimento operacional e estratégico, impulsionado tanto pela evolução do ambiente regulatório quanto pela dinâmica competitiva do mercado de energia. Ao longo do ano, a Companhia consolidou práticas voltadas à maior eficiência na gestão do portfólio e à ampliação de sua atuação no Ambiente de Contratação Livre — ACL, priorizando uma abordagem integrada entre planejamento comercial, análises de mercado e monitoramento de riscos.



AXIA ENERGIA

Esse avanço se apoiou em um modelo de gestão comercial mais sofisticado, que combina definição de metas, avaliação contínua de condições competitivas e revisão recorrente das estratégias de contratação. Essa estrutura permite que a AXIA Energia adeque rapidamente seu ritmo de operações aos diferentes cenários, mantendo equilíbrio entre proteção contra volatilidades e captura de oportunidades. A Companhia reforçou, ainda, sua disciplina na governança comercial, ao estabelecer limites e diretrizes que asseguram autonomia operacional com responsabilidade e controle.

O aprofundamento das relações comerciais também foi um destaque do ano. Diante do aumento expressivo da demanda por migração ao mercado livre — que ultrapassou 21,7 mil unidades consumidoras em 2025 — a AXIA Energia intensificou iniciativas voltadas à proximidade com seus clientes, ao desenvolvimento de soluções customizadas e à criação de novas oportunidades de relacionamento. Esse movimento ocorreu em paralelo à consolidação de estruturas internas voltadas ao crescimento sustentável do portfólio.

Em 2025, a comercialização continuou sendo influenciada pelo processo de descotização previsto na Lei nº 14.182/2021, com a continuidade da abertura de tranches de energia anteriormente vinculadas ao regime de cotas, ampliando de forma estrutural a disponibilidade de energia para o Ambiente de Contratação Livre — ACL. Esse movimento foi reforçado pelo forte crescimento das migrações de unidades consumidoras para o mercado livre ao longo do ano, impulsionado também pelos avanços regulatórios introduzidos pela Lei nº 15.097/2025, que ampliou o acesso ao ACL, reduziu barreiras de transição do mercado regulado e fortaleceu a lógica concorrencial do setor.

Adicionalmente, a agenda de modernização setorial iniciada pela Medida Provisória nº 1.300/2025 — posteriormente convertida parcialmente na Lei nº 15.269/2025 — estabeleceu um calendário progressivo de abertura do mercado, com início da migração da baixa tensão a partir de 2026, ampliação relevante em 2027 e perspectiva de abertura quase total nos anos subsequentes, criando bases para o crescimento sustentável do ACL no médio prazo. Como resultado, houve expansão relevante do volume comercializado e maior diversificação da base de clientes nesse ano..

Atualmente, a AXIA Energia é responsável pela centralização das atividades de comercialização de energia das empresas do grupo.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

4.1. Receita Operacional

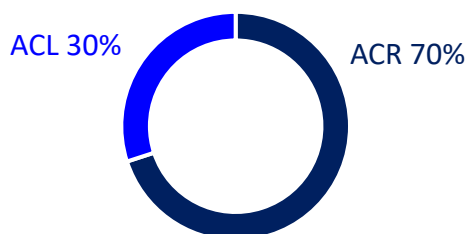
A Companhia apresentou, no exercício de 2025, receita operacional líquida de R\$ 4.992 milhões, alta de 6,3%, R\$ 294 milhões maior em relação ao mesmo período de 2024 (R\$ 4.698 milhões), devido ao reajuste das tarifas.

A garantia física foi comercializada em sua totalidade por meio de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Regulada — ACR e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Livre — ACL, conforme abertura a seguir:

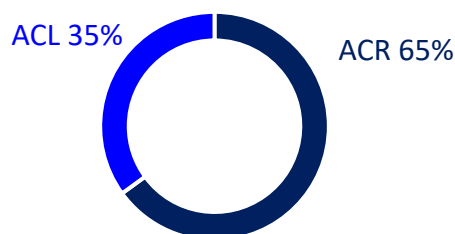


AXIA ENERGIA

44 UGs



6 UGs



4.2. Custos e Despesas Operacionais

Os custos operacionais no exercício social de 2025 apresentaram um aumento de 8,16%, passando de R\$ 3.001 milhões para R\$ 3.246 milhões, principalmente, pelas liquidações da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE no segundo semestre impactadas pela elevação do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD e do *Generation Scaling Factor* – GSF. Desconsiderando os gastos com a CCEE, os custos operacionais tiveram um aumento de aproximadamente 10,8%, quando comparados a 2024.

Tabela 1. Custos e Despesas Operacionais (R\$ milhões)

	4T25	4T24	Var %.	2025	2024	Var. %.
CCEE/Energia comprada	(421)	(496)	(15,1)	(1.458)	(1.273)	14,5
Encargos setoriais	(172)	(153)	11,9	(688)	(667)	3,1
Pessoal	(30)	(25)	20,0	(84)	(78)	7,6
Material	(12)	(5)	140,0	(30)	(19)	57,9
Depreciação e amortização	(211)	(202)	4,5	(828)	(808)	2,5
Serv. de terceiros/Outros	(70)	(54)	29,1	(159)	(156)	1,4
Total	(916)	(936)	(2,1)	(3.246)	(3.001)	8,2

4.3. Despesas Gerais e Administrativas

O aumento na rubrica de outros foi devido, majoritariamente, à mudança de prognóstico de ações de pesca, de perda possível para perda provável.

Tabela 2. Despesas Gerais e Administrativas (R\$ milhões)



AXIA ENERGIA

	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Pessoal	25	29	(15,1)	86	82	5,0
Serv. de terceiros	12	12	1,8	32	32	0,4
Seguros	-	-	-	-	-	-
Amortização e depreciação	1	1	-	2	2	-
Outros	86	49	75,5	190	67	183,6
Total	124	91	35,2	310	183	69,4

4.4. Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido negativo passou de R\$ 605 milhões em 2024 para R\$ 317 milhões em 2025, essa melhora de 47,6% é decorrente da redução do saldo devedor da dívida, reversão da atualização monetária dos litígios e melhora das receitas das aplicações financeiras.

Tabela 3. Resultado Financeiro (R\$ milhões)

	4T25	4T24	Var. %.	2025	2024	Var. %.
Receitas financeiras	90	40	125	283	127	120,5
Receita de aplicações financeiras	91	41	122	282	128	120,0
Outras receitas financeiras	(4)	(1)	300	(12)	(2)	500,0
Variações monetárias	3	-	100	13	1	1200,0
Despesas financeiras	(75)	(179)	-58,1	(600)	(732)	(18,1)
Juros de dívidas	(122)	(170)	-28,2	(566)	(666)	(15,0)
Variações monetárias	48	(8)	-700,0	(29)	(59)	(50,8)
Outras despesas financeiras	(1)	(1)	-	(5)	(6)	(16,7)
Resultado financeiro	15	(139)	-110,8	(317)	(605)	(47,6)

4.5. EBITDA Consolidado

No ano de 2025, o EBITDA da Companhia alcançou o montante de R\$ 2.264 milhões, em linha com o exercício anterior, resultado das liquidações da CCEE terem sido maiores nesse período.

Tabela 4. EBITDA Consolidado (R\$ milhões)

	4T25	4T24	Var. %.	2025	2024	Var. %.
Lucro/Prejuízo líquido	244	141	74,0	921	780	18,1
(-) IR e CS	(53)	(32)	67,6	(196)	(130)	51,2
(-) Depreciação e amortização	(212)	(203)	4,3	(830)	(810)	2,5
(-) Resultado financeiro	15	(139)	(110,9)	(317)	(605)	(47,6)
EBITDA	494	515	(4,2)	2.264	2.325	(2,6)

4.6. Resultado Operacional Líquido



AXIA ENERGIA

A Companhia registrou o seu maior lucro no montante de R\$ 921 milhões em 2025, R\$ 141 milhões superior ao valor registrado no mesmo período de 2024 — R\$ 780 milhões. Vale ressaltar que, tanto em 2024 quanto em 2025, o lucro apresentado é operacional.

4.7. Capital Circulante Líquido

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou capital circulante líquido (CCL) positivo de R\$ 123 milhões, em comparação com R\$ 170 milhões registrados em 31 de dezembro de 2024.

4.8. Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2025 o Patrimônio Líquido totalizou R\$ 17.097 milhões, em comparação com R\$ 16.348 milhões em 31 de dezembro de 2024.

4.9. Perfil do Endividamento

O saldo da dívida da SAESA em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 5.107 milhões, conforme demonstrado no detalhamento por tipo de financiamento e por forma de indexação. O Custo Médio da dívida é de IPCA + 6,50% ao ano.

Tabela 5. Perfil do Endividamento (R\$ milhões)

Origem	Custo	Dívida bruta	%	Venc.
FNO	8,5% Pré-fixado	323	6,32	dez-30
1ª Emissão debêntures		4.784	93,68	-
1ª Série	IPCA + 6,5% a.a.	2.295	44,94	out-37
2ª Série		2.489	48,74	jun-38
Total		5.107	100,0%	

4.10. Covenants

A SAESA possui contrato de financiamento junto ao Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e Escritura de Debêntures da 1ª Emissão que possuem cláusulas restritivas. Além disso, apesar da Companhia não possuir mais dívidas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, linha de crédito BNDES FINEM, após a sua assunção pela AXIA Energia, os credores da SAESA continuam compartilhando determinadas garantias (Penhor de Ações e Cessão Fiduciária das Receitas da SAESA) com o BNDES FINEM, e, por ser um *Project Finance*, a Companhia mantém obrigações junto ao BNDES e aos bancos repassadores.

No ano de 2025, a Companhia cumpriu adequadamente seus *covenants*, mantendo o acompanhamento integral e o controle de suas obrigações assumidas no Contrato de Financiamento do FNO e na Escritura de Debêntures da 1ª Emissão da SAESA. Abaixo, o quadro a seguir apresenta os *covenants* financeiros.

Tabela 6. Covenants (R\$ milhões)

Covenants	2025	2024	Instrumentos
Dívida líquida / Patrimônio líquido < 3,5x			
Dívida líquida	2,4	4,2	FNO e 1ª Emissão de debêntures
Patrimônio líquido	17,1	16,3	



AXIA ENERGIA

Apurado	0,1	0,3	
Patrimônio líquido / Ativo total >=25%			
Patrimônio líquido	17,1	16,3	FNO
Ativo total	24,3	24,0	
Apurado (%)	70	69	
ICSD > 1,2x			
EBITDA	2.265	2.325	FNO e 1ª Emissões de debêntures
Serviço da dívida	651	993	
Apurado	3,5	2,3	

5. POLÍTICA DE EQUIDADE

A Companhia observa princípios de igualdade de oportunidades, meritocracia e não discriminação em seus processos internos de recrutamento, desenvolvimento e remuneração, em conformidade com a legislação aplicável e com suas práticas internas de governança. Em atendimento ao disposto nos incisos I a IV do §6º do artigo 133 da Lei n.º 6.404/76, a Companhia apresenta as seguintes informações. Destaca-se que a Companhia não possui mulheres que ocupam cargos na administração.

Tabela 7. Mulheres contratadas por nível hierárquico

	2025					2024					Variação 2024/2025				
	Mulheres		Homens		Total	Mulheres		Homens		Total	Qtde			%	
	Qtde	%	Qtde	%		Qtde	%	Qtde	%		Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Cargos gerenciais	3	0,9	7	2,2	10	6	1,3	13	2,7	19	3	6	9	50,0	44,2
Com nível superior	40	12,5	116	36,1	156	75	15,9	180	38,1	255	35	64	99	41,7	33,6
Sem nível superior	10	3,1	145	45,2	155	11	2,3	188	39,7	199	1	43	44	8,3	22,2
Total	53	16,5	268	83,5	321	92	19,50	381	80,5	473	39	113	152	100,0	100,0

Tabela 8. Remuneração por sexo e cargos

	2025			2024			Variação 2024/2025		
	Fixa (R\$)	Variável (R\$)	Total (R\$)	Fixa (R\$)	Variável (R\$)	Total (R\$)	Fixa (%)	Variável (%)	Total (%)
Mulheres	41.127,92	176.973,50	218.098,42	35.544,09	173.633,45	209.177,54	64,5	33,8	98,3
Cargos gerenciais	25.029,49	140.318,50	165.347,99	23.366,59	142.564,20	165.930,79	7,1	-1,6	5,5
Com nível superior	10.659,69	27.476,00	38.135,69	7.217,92	23.183,05	30.400,97	47,7	19	66,7
Sem nível superior	5.438,74	9.179,00	14.614,74	4.959,58	7.886,20	12.845,78	9,7	16,4	26,1
Homens	54.497,31	239.478,05	293.975,36	50.464,49	195.599,47	246.063,96	50,1	51,6	101,7
Cargos gerenciais	33.036,03	198.880,14	231.916,17	33.956,01	158.521,31	192.477,32	-2,7	26	23,3
Com nível superior	14.252,85	30.621,69	44.874,54	9.531,84	28.681,20	38.213,04	49,5	6,8	56,3
Sem nível superior	7.208,43	9.976,22	17.184,65	6.976,64	8.396,96	15.373,60	3,3	18,8	22,1



AXIA ENERGIA

Total	95.625,23	416.451,55	512.073,78	86.008,58	369.232,92	455.241,50	114,6	85,4	200
-------	-----------	------------	------------	-----------	------------	------------	-------	------	-----

6. RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Desde a sua concepção, a Usina Hidrelétrica Santo Antônio foi projetada para alcançar a máxima eficiência com o mínimo impacto socioambiental, demandando soluções inovadoras em engenharia e tecnologia voltadas à geração de energia elétrica, de forma sustentável, na Amazônia. Com capacidade instalada para atender a 45 milhões de brasileiros, contribui para a redução da utilização da energia gerada pelas usinas termelétricas que configuram a principal fonte de emissão de gases de efeito estufa –GEE do setor elétrico brasileiro.

Além dos compromissos legais e de licenciamento, a Santo Antônio Energia também atende, desde 2009, aos Princípios do Equador, um conjunto de critérios socioambientais referenciado nos Padrões de Desempenho sobre Sustentabilidade Ambiental e Social da *International Finance Corporation* (IFC), aos quais os bancos financiadores do empreendimento são signatários.

Para assegurar o atendimento, as questões socioambientais são auditadas externamente por consultoria independente, que realiza verificações periódicas e recomenda as melhorias, quando necessárias. Este monitoramento é realizado há mais de 10 anos e vem contribuindo de forma significativa, não apenas com a evolução dos temas socioambientais, mas também na Governança da empresa.

Comprometida com as boas práticas de mitigação de riscos socioambientais e compromissada com uma eficiente gestão de riscos, a Santo Antônio Energia, desde 2016, conta com o SGI –Sistema de Gestão Integrado que aplica melhores práticas em processos nas áreas de meio ambiente, de saúde e segurança do trabalho, buscando a melhoria contínua dos processos relacionados a estes temas.

Devido à sua geração renovável, a UHE Santo Antônio desloca a geração de energia por fontes fósseis (mais intensiva em carbono), reduzindo as emissões de gases de efeito estufa do Sistema Interligado Nacional (SIN). Por isso, a UHE Santo Antônio recebeu Carta de Aprovação do governo brasileiro, que confirma sua contribuição para o desenvolvimento sustentável do país e foi registrada na UNFCCC (*United Nations Framework Convention on Climate Change*) como projeto MDL –Mecanismo de Desenvolvimento Limpo em 28 de dezembro de 2012. Conforme o registro no MDL estima-se que a geração de energia da UHE Santo Antônio reduz 4.015.16 tCO₂e/ano

Em linha com a Agenda Global 2030, tendo Mudanças Climáticas como tema material para a Companhia, a Santo Antônio Energia é signatária da maior iniciativa universal de sustentabilidade empresarial: o Pacto Global das Nações Unidas sobre direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, priorizando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável –ODS, como destaque para o ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima.

A UHE Santo Antônio recebeu em dezembro de 2025, a certificação do Sistema de Gestão Lixo Zero – SGLZ. Baseado na norma internacional da *Global Zero Waste* (Lixo Zero Global) e concedido por certificadora independente acreditada, o sistema avalia o modelo de gestão dos resíduos gerados por organizações no mundo inteiro, atestando a solidez e a efetividade do sistema adotado.

Em janeiro de 2026 a UHE Santo Antônio, obteve a certificação Ouro no Padrão de Sustentabilidade em geração hidrelétrica, confirmando o compromisso com objetivos sociais e ambientais cumprindo com sucesso os requisitos do Padrão de Sustentabilidade Selo Ouro. Os resultados baseiam-se numa



AXIA ENERGIA

avaliação independente realizada em conformidade com os processos estipulados no *Hydropower Sustainability Assurance System* (Sistema de Garantia de Sustentabilidade Hidroelétrica).

Desde 2024, a matriz de materialidade dos indicadores é validada pelo controlador, fazendo parte da composição do Relatório de Sustentabilidade padrão *Global Report Initiative* – GRI conjuntamente às empresas AXIA Energia.

7. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – P&D

Pelo pioneirismo na implantação de um projeto inédito sob os aspectos ambientais e tecnológicos na fronteira do Amazonas, surgem enormes desafios para melhor exploração energética e correta gestão do meio ambiente. Assim, no âmbito do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, desponta um mundo de possibilidades de iniciativas para o desenvolvimento desses projetos.

Por isso, a Santo Antônio Energia em conjunto com a AXIA Energia vão muito além de se enquadrar no rol das empresas que investem em P&D. O Grupo estimula uma gestão voltada para a inovação, alinhada à eficiência operacional das usinas hidrelétricas, crescimento e eficiência, abarcando cultura, pessoas e tecnologia. Acima de tudo, tem como objetivo atuar com transparência junto à sociedade e aos seus públicos de relacionamento.

8. DEMAIS ASSUNTOS

8.1 Gerenciamento de Riscos

A Santo Antônio Energia, através do seu controlador indireto AXIA Energia, avalia o risco de seu portfólio de energia com periodicidade mínima mensal considerando resultados de projeções de preços e exposições ao GSF, fator que degrada o valor da garantia física da UHE Santo Antônio. De forma diligente, é constituído previamente *hedge* para proteção às exposições de preços e volumes nas liquidações da CCEE.

8.2 Segurança de Barragens

Em 2025, a Companhia deu continuidade às ações voltadas à segurança de barragens, reforçando o compromisso firmado desde o marco histórico alcançado em 2023, quando foi concluída a operacionalização do Plano de Ação de Emergência – PAE, que contemplou o cadastramento das famílias residentes na Zona de Autossalvamento – ZAS–, instalação de placas de orientação e sistemas de alarme sonoro, e realização de exercícios simulados de evacuação, mobilizando a população e os órgãos públicos.

No exercício de 2025, a Companhia manteve a operacionalidade das sirenes de alerta e promoveu um Workshop de Segurança de Barragens, com o objetivo de disseminar conhecimento técnico e legal às Defesas Cíveis Municipal e Estadual, bem como aos demais integrantes da Companhia envolvidos na gestão de emergências com barragens. Reforçando a cultura de segurança e prevenção, foi realizada a prática anual preparatória para o período de altas vazões, com a execução de um simulado interno de acionamento do PAE. A atividade



AXIA ENERGIA

incluiu o acionamento dos sistemas internos de notificação da planta e a evacuação de aproximadamente 800 trabalhadores próprios e terceiros.

8.3 Aprovação das Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições da Resolução nº 80/2022 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Diretoria Estatutária da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, que foram apresentadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, em reuniões realizadas em 26 de fevereiro de 2026 e que serão oportunamente submetidas à deliberação em AGOE.

8.4 Aderência à Câmara de Arbitragem

De acordo com o artigo 26 do Estatuto Social da Santo Antônio Energia, a Companhia, seus acionistas, e administradores obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

8.5 Política de Distribuição de Dividendos

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o seu Estatuto Social, os acionistas farão jus a dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido da Companhia.

Em função de restrições previstas no contrato de financiamento do FNO e na escritura de debêntures da 1ª emissão nos quais a Companhia figura como devedora, a Santo Antônio Energia somente poderá distribuir os dividendos mínimos obrigatórios após a conclusão física e financeira do projeto. Além disso, somente poderá distribuir dividendos e/ou juros sobre capital próprio acima do mínimo obrigatório após a expressa autorização do Banco da Amazônia e da aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas ou após a liquidação total do financiamento e debêntures.

8.6 Remuneração aos Acionistas

Pelas Demonstrações Financeiras Anuais completas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou Lucro Líquido de R\$ 921 milhões. Assim, a destinação dos resultados referentes ao exercício de 2025 e lucros acumulados foi proposta pela Administração, e se encontra descrita a seguir.

Tabela 9. Remuneração aos Acionistas (R\$ milhões)

	2025
Saldo para destinação do exercício de 2025 (LL)	921
(-) Reserva legal	36
(-) Dividendos mínimos obrigatórios	174
(-) Reserva de incentivo fiscal	190
Subtotal a distribuir	521
(+) Lucros acumulados	-



AXIA ENERGIA

(=) Saldo total a destinar	521
(-) Dividendos adicionais propostos	521
(=) Saldo a distribuir	-

8.8 Relacionamento com Auditores Independentes

De acordo com os termos do Estatuto Social da Santo Antônio Energia, cabe ao Conselho de Administração a escolha e a destituição dos auditores independentes.

A fim de evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos auditores externos independentes, a Santo Antônio Energia adota constantemente procedimentos, como consultar os referidos auditores para assegurar que a realização da prestação desses e de outros serviços não venha a afetar a sua independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente.



Relações com Investidores

ri@axia.com.br

www.axia.com.br



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Santo Antônio Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santo Antônio Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

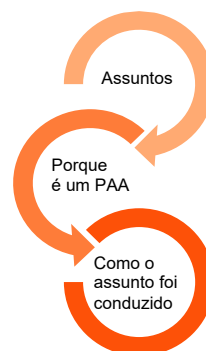
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Realização do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (Nota 7) A Companhia possui R\$ 4.396.258 em imposto de renda e contribuição social diferidos ativos em 31 de dezembro de 2025, substancialmente oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, além de diferenças temporárias entre as bases fiscal e contábil. Esses créditos foram registrados na medida em que a administração considera que gerará lucros tributáveis futuros suficientes para a sua utilização. Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois a análise de realização destes ativos envolve julgamentos importantes e subjetivos para determinar as bases tributárias futuras, advindas das projeções de resultado da Companhia, que levam em consideração diversas premissas, dentre as quais, os contratos de venda de energia firmados com clientes, além de custo operacionais e financeiros da Companhia.	Como resposta de auditoria, obtivemos entendimento do processo de revisão do plano de negócios que é utilizado para a análise da realização do imposto de renda e contribuição social diferidos. Em relação ao modelo e premissas utilizados pela administração na preparação das projeções do fluxo de caixa futuro, base para a expectativa de geração de lucros tributáveis, efetuamos reuniões com a administração para entendimento do modelo da Companhia. Analisamos a razoabilidade do prazo de utilização dos prejuízos acumulados ao longo dos exercícios futuros, bem como discutimos as premissas utilizadas pela administração nas suas projeções. Testamos a coerência lógica e aritmética dos cálculos apresentados nas projeções. Adicionalmente, analisamos a consistência dessas estimativas de realização em relação aos utilizados nos exercícios anteriores e efetuamos leitura das divulgações em notas explicativas. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração da Companhia para a determinação dos créditos tributários, bem como as divulgações efetuadas, são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos

Santo Antônio Energia S.A.

nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são

Santo Antônio Energia S.A.

consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar,



Santo Antônio Energia S.A.

consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2026


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Adriano Machado
Contador CRC 1PR042584/O-7

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

Balanço Patrimonial
em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
Em milhares de Reais

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.167.405	1.191.864	Fornecedores	12	301.958	229.417
Títulos e valores mobiliários	5	74.342	-	Obrigações com pessoal		27.775	20.524
Clientes	6	589.998	530.891	Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	2.292.369	1.151.633
Imposto de renda e contribuição social	7	24.207	10.932	Impostos e contribuições		35.747	66.413
Almoxarifado		100.663	88.843	Imposto de renda e contribuição social	7	7.750	6.865
Outros ativos	8	93.607	122.135	Adiantamentos		41.543	41.542
Total do ativo circulante		3.050.222	1.944.665	Encargos setoriais	14	66.220	104.844
				Concessões a pagar		31.908	30.727
				Provisões socioambientais	15	46.283	55.368
				Outros passivos	16	75.397	67.531
				Total do passivo circulante		2.926.950	1.774.864
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social	7	4.396.258	4.480.436	Fornecedores	12	10.347	7.697
Caixa restrito	9	528.825	563.708	Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	2.814.495	4.759.087
Outros ativos	8	124.785	126.087	Adiantamentos		3.529	45.070
		5.049.868	5.170.231	Encargos setoriais	14	50.836	15.358
				Concessões a pagar		305.813	301.258
				Provisões socioambientais	15	142.726	131.372
				Provisões para litígios	17	462.588	355.205
				Dividendos a pagar	18	322.808	149.095
				Outros passivos	16	139.032	147.775
				Total do passivo não circulante		4.252.174	5.911.917
				TOTAL DO PASSIVO		7.179.124	7.686.781
Imobilizado	10	15.191.326	15.876.516	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19		
Intangível	11	984.283	1.043.726	Capital social		15.716.969	15.716.969
Total do ativo não circulante		21.225.477	22.090.473	Reserva de lucro		410.713	184.101
				Dividendo adicional proposto		521.139	447.287
				Reserva de retenção de lucros		447.287	-
				ORA - Outros resultados abrangentes acumulados		467	-
						17.096.575	16.348.357
TOTAL DO ATIVO		24.275.699	24.035.138	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		24.275.699	24.035.138

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de Reais

	Nota explicativa	2025	2024
Receita operacional líquida	21	4.991.809	4.698.008
Custos operacionais	22.1	(3.246.602)	(3.000.552)
RESULTADO BRUTO		1.745.207	1.697.456
Despesas gerais e administrativas	22.2	(310.862)	(182.806)
Outras receitas		291	383
RESULTADO OPERACIONAL		1.434.636	1.515.033
RESULTADO FINANCEIRO	23	(316.746)	(604.615)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS		1.117.890	910.418
Imposto de renda e contribuição social correntes		(112.248)	(78.515)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(84.178)	(51.420)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		921.464	780.483
Resultado básico e diluído por lote de mil ações ordinárias (em reais)	20	0,51	0,43

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de Reais

	2025	2024
Resultado do exercício	921.464	780.483
Outros componentes do resultado abrangente		
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	467	-
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	467	-
Resultado abrangente do exercício	921.931	780.483
Resultado abrangente do exercício atribuível aos acionistas da controladora	921.931	780.483

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de Reais

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Dividendos adicionais propostos	Reserva de retenção de lucros	Prejuízos / lucros acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2024		24.794.234	-	-	-	(9.077.265)	-	15.716.969
Redução de capital	19	(9.077.265)	-	-	-	9.077.265	-	-
Resultado do exercício	19	-	-	-	-	780.483	-	780.483
Reserva legal	19	-	31.389	-	-	(31.389)	-	-
Reserva de incentivo fiscal	19	-	152.712	-	-	(152.712)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18	-	-	-	-	(149.095)	-	(149.095)
Dividendos adicionais propostos	19	-	-	447.287	-	(447.287)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		15.716.969	184.101	447.287	-	-	-	16.348.357
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2025		15.716.969	184.101	447.287	-	-	-	16.348.357
Ajustes benefícios pós-emprego	19	-	-	-	-	-	467	467
Reserva de retenção de lucros	19	-	-	(447.287)	447.287	-	-	-
Resultado do exercício	19	-	-	-	-	921.464	-	921.464
Reserva legal	19	-	36.571	-	-	(36.571)	-	-
Reserva de incentivo fiscal	19	-	190.041	-	-	(190.041)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18	-	-	-	-	(173.713)	-	(173.713)
Dividendos adicionais propostos	19	-	-	521.139	-	(521.139)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		15.716.969	410.713	521.139	447.287	-	467	17.096.575

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de Reais

	Nota explicativa	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		1.117.890	910.418
Ajustes:			
Encargos financeiros	23	565.579	665.997
Depreciações e amortizações	10 e 11	835.686	810.106
Provisões para litígios	17	107.383	(53.678)
Baixa de imobilizado	10	23.589	32.560
Baixa de intangível	11	-	1.157
Amortização dos custos de captação de dívidas	13	102	492
		2.650.229	2.367.052
Variação nos ativos e passivos:			
Clientes	6	(59.107)	16.086
Almoxarifado		(11.820)	4.414
Impostos e contribuições		(30.666)	(33.898)
Imposto de renda e contribuição social	7	(124.638)	(45.758)
Outros ativos	9	29.830	(64.013)
Fornecedores	12	75.191	(19.551)
Obrigações com pessoal		7.718	(2.925)
Adiantamentos de clientes		(41.540)	(42.872)
Encargos setoriais	14	(3.146)	17.777
Concessões a pagar		5.736	6.405
Gastos socioambientais	15	2.269	(33.713)
Outros passivos	16	(877)	30.044
		2.499.179	2.199.048
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	13.1	(26.744)	(31.521)
Pagamento de juros e encargos sobre debêntures	13.2	(216.014)	(499.472)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS		2.256.421	1.668.055
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Títulos e valores mobiliários - Aplicações		(74.342)	-
Caixa restrito - Aplicações		(1.127.756)	(1.499.438)
Caixa restrito - Resgates		1.162.639	1.248.432
Adições ao imobilizado	10	(75.885)	(90.185)
Adições ao intangível	11	(38.757)	(28.220)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(154.101)	(369.411)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de financiamentos - Principal	13.1	(57.971)	(52.624)
Pagamento de debêntures - Principal	13.2	(1.068.808)	(409.327)
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO) E GERADOS NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(1.126.779)	(461.951)
REDUÇÃO/AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDO		975.541	836.693
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	1.191.864	355.171
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	2.167.405	1.191.864
Transações Não Caixa			
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	
Imobilizado - remensuração da provisão sociambiental (nota explicativa nº 10)	4.971	2.712	
Intangível - remensuração da provisão sociambiental (nota explicativa nº 11)	15.586	26.619	
	20.557	29.331	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

Demonstração do Valor Adicionado
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de Reais

	2025	2024
RECEITAS	5.748.704	5.404.663
Receitas operacionais	5.748.383	5.404.161
Outras receitas	321	502
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(2.791.427)	(2.433.428)
Serviços de terceiros	(1.104.532)	(1.059.482)
Materiais	(1.488.347)	(1.292.401)
Outros	(198.548)	(81.545)
VALOR ADICIONADO BRUTO	2.957.277	2.971.235
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO	(829.915)	(809.961)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	2.127.362	2.161.274
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras, líquidas	282.398	127.106
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	2.409.760	2.288.380
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2.409.760	2.288.380
SALÁRIOS E ENCARGOS	155.100	145.500
Remuneração direta	130.968	119.823
Benefícios	20.231	20.102
FGTS	3.901	5.575
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	747.045	641.713
Federais	583.281	492.303
Estaduais	163.546	149.318
Municipais	218	92
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS DE TERCEIROS	586.151	720.684
Juros	585.423	719.990
Aluguéis	728	694
REMUNERAÇÃO DE CAPITAL PRÓPRIO	921.464	780.483
Resultado do exercício	921.464	780.483

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. A Companhia

A Santo Antônio Energia S.A. (“Companhia” ou “SAESA”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, “Categoria B”, nos termos da instrução 480, constituída em 17 de janeiro de 2008, com sede no município do Rio de Janeiro, e tem por objetivo o desenvolvimento do projeto de implementação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio (“UHE”) e de seu sistema de transmissão, em trecho do rio Madeira, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, assim como a condução de todas as atividades necessárias à construção, operação, manutenção e exploração da referida hidrelétrica e de seu sistema de transmissão associado.

Em 29 de setembro de 2008, a Companhia recebeu de sua Controladora, Madeira Energia S.A.-MESA (“Controladora” ou “MESA”), por meio de transferência anuída pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a concessão de geração de energia, tornando-se responsável pela construção e operação da usina, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito da central geradora.

A partir de 01 julho de 2024, a “MESA” passou a ser controlada pelo acionista Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Eletrobras - (atualmente denominada AXIA Energia).

Em 22 de outubro de 2025, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras (atualmente denominada AXIA Energia), fez o lançamento de sua nova marca passando a adotar a identidade corporativa de AXIA Energia.

A Companhia tem como segmento de negócio a geração de energia elétrica, por meio da exploração da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e seu sistema de transmissão associado, localizada no rio Madeira, município de Porto Velho - RO, na condição de “Produtor Independente”, nos termos estabelecidos pelo Contrato de Concessão.

O prazo do Contrato de Concessão é de 39 anos e 04 meses, com vigência até outubro de 2047 (prazo original: 35 anos, prazo adicional Lei 14.052/2020: 04 anos e 04 meses), contados a partir da data de assinatura ocorrida em 13 de junho de 2008.

1.2. Capacidade de geração

A Usina Hidrelétrica (“UHE”) Santo Antônio tem capacidade instalada de 3.568 MW, com 50 unidades geradoras do tipo “bulbo” que operam em rio de baixa queda e grande vazão de água.

A Licença de Operação vigente (nº 1044/2011 - 1ª Renovação - 2ª Retificação) foi publicada em dezembro de 2019 com validade até 17/05/2026. Conforme mencionado na nota explicativa nº 15 “Provisões Socioambientais”, a Companhia atende adequadamente todas as condicionantes previstas nas Licenças de Instalação e Operação garantindo sua manutenção e renovação.

No ano de 2025, a UHE Santo Antônio gerou 16.916.398,21 MWh, o que corresponde a um aumento de geração de 5,3% em relação ao ano de 2024, que foi de 16.064.268,44 MWh (não auditado). Esse aumento foi decorrente de uma hidrologia favorável no segundo semestre de 2025 (com vazões acima da média de longo termo) comparado ao ano 2024.

Em 31 de dezembro de 2025, a UHE Santo Antônio possui 2.313,3 MW médios de garantia física.

1.3. Comercialização de energia elétrica

A UHE Santo Antônio iniciou a sua operação comercial em 2012, com a entrada da 1ª unidade geradora e a sua

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

geração plena deu-se em janeiro de 2017, quando a 50ª unidade geradora entrou em operação comercial.

A energia assegurada do projeto original da UHE Santo Antônio (44 unidades geradoras - 2.218 MW médios) foi comercializada 70% na modalidade de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR, correspondendo a 1.552 MW médios, com vencimento no ano de 2041. Os 30% restantes da energia assegurada foram negociados na modalidade de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre - CCEAL correspondendo a 665 MW médios, com vencimento no ano de 2027.

A energia adicional, referente às 6 novas unidades geradoras (206,2 MW médios), foi comercializada da seguinte maneira:

- A SAESA participou do 19º leilão de energia A-3, no qual vendeu 129,6 MW médios de energia, cujos CCEAR começaram a ser entregues a partir de janeiro de 2017, com vencimento em dezembro de 2046.
- Os 70 MW médios restantes foram comercializados no Ambiente Livre - CCEAL com 2 grandes clientes, cujo vencimento ocorrerá em dezembro de 2029.

A implantação destas 6 unidades adicionais, possibilitou estabilidade no fornecimento de energia ao sistema Acre-Rondônia.

1.4. Estrutura de capital e de liquidez

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou capital circulante líquido (CCL) positivo de R\$ 123.272 (R\$ 169.801 positivo em 31 de dezembro de 2024). Neste mesmo período, o patrimônio líquido totalizou R\$ 17.096.575 (R\$ 16.348.357 em 31 de dezembro de 2024) e o resultado líquido do exercício foi um lucro de R\$ 921.464 (lucro de R\$ 780.483 em 31 de dezembro de 2024).

Ainda, a Companhia conta com Contrato de Suporte de Acionistas para cobertura de insuficiência- *ESA* (“*Equity Support Agreements*”): no Aditivo nº 04 ao Contrato de Suporte de Acionistas para Cobertura de Insuficiências e Outras Avenças, celebrado em 28 de dezembro de 2023 (“*ESA* de Insuficiência”), Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras (atualmente denominada AXIA Energia) se obriga, em caráter irrevogável e irretratável, a aportar os recursos necessários, sob a forma de capital, mediante subscrição e integralização, em moeda corrente nacional, de novas ações ordinárias do capital da “MESA”, na hipótese de ocorrência de um Evento de Capitalização Extraordinário. Considerando que o *ESA* de Insuficiência é um título executivo extrajudicial e define como um dos Eventos de Capitalização Extraordinária o aporte de capital na “MESA” com recursos necessários para cobrir, de imediato e integralmente, qualquer insuficiência que vier a ocorrer na execução do Projeto ou acréscimos do orçamento global do Projeto, os credores poderão requerer o aporte de capital, podendo, ainda, em caso de descumprimento, requerer tutela específica da obrigação inadimplida.

A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras (atualmente denominada AXIA Energia), assume as obrigações do *ESA* de Insuficiência.

A Administração acompanha continuamente a saúde financeira da Companhia, adotando medidas para fortalecer a sua posição de caixa e para trazer eficiência e otimização dos custos, tendo como resultado o equilíbrio da sua estrutura de capital, de liquidez e de geração de caixa.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas contábeis internacionais (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board ((IASB)*, incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations)* ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations)* e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Adicionalmente, foram considerados aspectos da legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, principalmente em relação à estruturação das contas contábeis e forma de registro dos eventos, visando à uniformização das práticas com outras companhias do setor elétrico e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de preparação e mensuração

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração, no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia, as quais são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações. Aquelas transações, divulgações ou saldos que requerem maior nível de julgamento, que possuem maior complexidade e para as quais premissas e estimativas são significativas, estão divulgadas na nota explicativa nº 2.6.

Foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas na data das transações.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, expressas em milhares de reais, arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Práticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.4.1 Adoção de novas normas e interpretações

As revisões normativas vigentes para o exercício iniciado em 2025 não resultaram em efeitos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Companhia:

Norma revisada	Alteração	Aplicável a partir
-----------------------	------------------	---------------------------

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Resolução CVM nº 223/ OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO).	01/01/2025, aplicação retrospectiva
CPC 02/IAS 21 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Falta de Conversibilidade	01/01/2025, aplicação retrospectiva

2.4.2 Novas normas e interpretações não vigentes

Norma revisada	Alteração	Aplicável a partir
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com empréstimos.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – relacionado a estrutura da demonstração de resultados e exige que as entidades forneçam novos subtotais. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre medidas de desempenho definidas pela Administração.	01/01/2027, aplicação retrospectiva
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	IFRS 19 estabelece um conjunto reduzido de exigências de divulgação para subsidiárias que não possuem responsabilidade pública, permitindo que elas apliquem integralmente as normas IFRS, com simplificação na divulgação de notas explicativas.	01/01/2027, aplicação retrospectiva

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

IFRS 18 trará reflexos na apresentação na demonstração de resultado e na demonstração dos fluxos de caixa. A Companhia não espera impactos significativos nas demonstrações contábeis, quando da adoção das outras normas, alterações e interpretações contábeis emitidas, que não estão em vigor ou aplicáveis após o exercício de 2025.

2.5. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A legislação societária brasileira exige das companhias abertas a elaboração da DVA e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Essa demonstração é preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. As normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) não requerem a apresentação dessa demonstração.

Como consequência, pelas normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.6. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos no atual exercício social, estão relacionadas ao imposto de renda e contribuição social (nota explicativa nº 7), recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis (notas explicativas nº 10 e nº 11), provisões socioambientais (nota explicativa nº 15) e provisões para litígios (nota explicativa nº 17).

As premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pela Administração estão informados nas respectivas notas explicativas.

2.7. Aprovação das Demonstrações Financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2026.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

3.1 Instrumentos financeiros

Considerações gerais

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a pagar a fornecedores e financiamentos que têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações e proteger dos efeitos de variações das flutuações das taxas de juros.

A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada por meio de mecanismos do mercado financeiro, que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

contratos e o patrimônio da Companhia.

Prática Contábil

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros de acordo com o CPC 48/IFRS 9, refletindo o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características no fluxo de caixa, determinando suas classificações no reconhecimento inicial.

A Companhia usa as seguintes classificações para enquadrar os seus principais instrumentos financeiros e seu respectivo nível:

Ativo/Passivo financeiro	Classificação
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado
Clientes	Custo amortizado
Caixa restrito	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado
Debêntures	Custo amortizado
Concessões a pagar	Custo amortizado
<i>Waiver fee</i>	Custo amortizado

a) Ativo Financeiro - Redução ao valor recuperável (*"impairment"*)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento desses títulos com características de risco similares.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:

- (i) Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados pela taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

3.2. Gestão de riscos financeiros

A Companhia, em conformidade com a sua Instrução de Gestão de Riscos Financeiros e com o Plano de Negócios, dispõe de Política de Gerenciamento de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como diretriz assegurar a exposição ao risco de crédito em instrumentos financeiros, com a finalidade de

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

garantir o valor, a liquidez e a rentabilidade de seus ativos.

Os riscos financeiros mais relevantes a serem gerenciados pela Companhia são:

a) Risco de juros

A Companhia está exposta ao risco de variação das taxas de juros, destacando os seguintes itens:

- Caixa, equivalentes de caixa e caixa restrito: ambos atualizados pelo CDI;

- Empréstimos, financiamentos e debêntures: corrigidos mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. O financiamento obtido junto ao Banco da Amazônia S.A. – FNO, não está contemplado no parágrafo acima, pois possui juros pré-fixados de 10% a.a. com bônus de adimplência de 15% e taxa efetiva de 8,5% a.a.;

- *Waiver fee* de longo prazo (nota explicativa nº 16), devido ao debenturista FI-FGTS: corrigido mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, adicionado a juros pré-fixados de 7% a.a.;

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção desses riscos, visto que seus contratos de venda de energia são corrigidos pelo índice da inflação IPCA e suas aplicações financeiras pelo CDI, mitigando qualquer risco financeiro desses índices.

b) Risco de crédito

Risco de crédito da contraparte é aquele existente em função da incapacidade da contraparte de cumprir suas obrigações financeiras com a Companhia por insolvência.

Visando gerenciar esse risco, a Companhia mantém relacionamento com instituições financeiras de primeira linha e que possuem “*ratings*” fornecidos por agências internacionais como “*Fitch Rating, Standard & Poor’s*” e “*Moody’s Investor*” e devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia por meio da Política de Gestão de Riscos Financeiros sendo essa manutenção do mínimo no valor de R\$ 494.661.

Em 14 de janeiro de 2026, a agência de classificação de risco *Fitch* reafirmou o *Rating* Nacional de Longo Prazo em ‘AAA (bra)’ da 1ª Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 02 (duas) Séries, da Espécie com Garantia Real e com Garantias Adicionais da Companhia (1ª Emissão).

Parte dos contratos de venda de energia da Companhia está amparada em regras do ambiente de contratação regulada de energia. Adicionalmente, a Companhia busca minimizar seus riscos de crédito por meio de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, mediante seguro garantia e fianças bancárias.

c) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A Companhia conta com geração operacional de caixa por meio dos contratos firmes de vendas de energia de longo prazo (nota explicativa nº 1.3). Adicionalmente, conforme descrito na nota explicativa nº 1.4, a Companhia conta com suporte de seus acionistas caso exista necessidade de um evento de capitalização extraordinário.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Análise de liquidez

As tabelas abaixo analisam, em valores nominais, os principais passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento, o qual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as obrigações e inclui os respectivos juros contratuais relacionados, quando aplicável.

31/12/2025					
Fluxo de pagamento nominal					
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante/Não circulante)	1.068.568	802.928	2.476.788	7.243.384	11.591.668
Fornecedores	301.958	10.347	-	-	312.305
Empréstimos, financiamentos e debêntures	734.702	758.203	2.365.919	6.518.451	10.377.275
Concessões a pagar	31.908	34.378	110.869	611.449	788.604
Waiver fee - Outros passivos não circulante	-	-	-	113.484	113.484

31/12/2024					
Fluxo de pagamento nominal					
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante/Não circulante)	974.131	775.911	2.451.357	8.058.565	12.259.964
Fornecedores	229.417	7.697	-	-	237.114
Empréstimos, financiamentos e debêntures	713.987	734.702	2.343.106	7.299.467	11.091.262
Concessões a pagar	30.727	33.512	108.251	657.595	830.085
Waiver fee - Outros passivos não circulante	-	-	-	101.503	101.503

(ii) Análise de sensibilidade

Os pronunciamentos contábeis (CPC) nº 39, nº 40 e nº 48 dispõem sobre a apresentação de informações dos instrumentos financeiros em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

Para o cenário provável, a Companhia considerou, para os próximos 12 meses, a findar-se em 31 de dezembro de 2026, os seguintes índices projetados acumulados: (i) IPCA 4,65% e (ii) CDI/SELIC 14,95%.

Fontes: Relatório BACEN, Santander e BM&F (curva futura DI) na data-base de 31 de dezembro de 2025.

Com relação ao risco de elevação da inflação e CDI, a Companhia fez uma análise de sensibilidade nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

	Valor Contábil Em 31 de dezembro 2025	Índices estimados	Em 31 de dezembro de 2026		
			Cenário provável	Cenário possível Aumento do risco em 25%	Cenário remoto Aumento do risco em 50%
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa - CDI - (nota explicativa 4)	2.167.405	14,95%	2.491.432	2.410.425	2.329.419
Títulos e valores mobiliários - CDI - (nota explicativa 5)	74.342	14,95%	85.456	82.678	79.899
Caixa restrito - CDI - (nota explicativa 9)	528.825	14,95%	607.884	588.120	568.355
Total Ativo	2.770.572		3.184.772	3.081.223	2.977.673
Passivos					
Debêntures - IPCA - (nota explicativa 12)	(4.784.095)	4,65%	(5.006.555)	(5.062.171)	(5.117.786)
Empréstimos - IPCA - (nota explicativa 12)	(322.769)	4,65%	(337.778)	(341.530)	(345.282)
Concessões a pagar - IPCA	(337.721)	4,65%	(353.425)	(357.351)	(361.277)
Provisões socioambientais - IPCA - (nota explicativa 14)	(189.009)	4,65%	(197.798)	(199.995)	(202.192)
Outros passivos - IPCA - (nota explicativa 15)	(169.138)	4,65%	(177.003)	(178.969)	(180.935)
Total Passivo	(5.802.732)		(6.072.559)	(6.140.016)	(6.207.472)

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

A análise não considera o financiamento do Banco da Amazônia S.A., cujos recursos financeiros são oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO. Esse financiamento possui taxa de juros pré-fixada (nota explicativa nº 13.1).

3.3. Gestão de risco de capital

Ao administrar o seu capital, a Companhia tem por objetivo salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas.

Estrutura do Capital:

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos	13.1	322.769	381.011
Debêntures	13.2	4.784.094	5.529.709
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	4	(2.167.405)	(1.191.864)
Títulos e valores mobiliários	5	(74.342)	-
Caixa restrito	9	(528.825)	(563.708)
Dívida bruta - CT: capital de terceiro (A)		2.336.291	4.155.148
Total do patrimônio líquido - CP: capital próprio		17.096.575	16.348.357
Total do capital (CT + CP) (B)		19.432.866	20.503.505
Indicador de estrutura de capital (A/B x 100)		12,02%	20,27%

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento	2.872	16
Aplicações financeiras		
Certificado de depósito bancário (CDB)	2.164.437	1.162.251
Títulos renda fixa	96	29.597
	2.167.405	1.191.864

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa (liquidez diária) e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, pela modalidade das aplicações.

Prática contábil:

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante		
Letra financeira	74.342	-
	<u>74.342</u>	<u>-</u>

As letras financeiras correspondem a aplicações de renda fixa emitidas pelo banco Itaú, remuneradas a um percentual do CDI fixado conforme condições contratadas.

Prática contábil:

São registrados em títulos e valores mobiliários, as aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa, vide nota 4, e as partes beneficiárias. A Companhia mensura seus títulos e valores mobiliários a valor justo, registrando as variações em contrapartida ao resultado.

6. CLIENTES

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Consumidores - Fornecimento industrial (i)	16.493	16.286
Concessionárias - Suprimento convencional (ii)	573.505	514.605
	<u>589.998</u>	<u>530.891</u>

(i) Créditos com os consumidores de energia;

(ii) Créditos com os revendedores de energia;

Até a data destas Demonstrações Financeiras, a Companhia não antecipa qualquer expectativa de perda nos contratos com clientes e, portanto, não estimou perdas com crédito de liquidação duvidosa-PECLD.

Prática contábil:

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de energia elétrica. O prazo médio de recebimento é de 22 dias. São, portanto, apresentadas no ativo circulante e reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de sua realização.

As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa ("PECLD") são constituídas, quando aplicável, com base em análise individual dos valores a receber, considerando: (i) o conceito de perda esperada, levando em

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

conta eventos de inadimplência que têm probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras; (ii) instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, mas não apresentam evidência objetiva de “*impairment*” e; (iii) ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de “*impairment*” em 31 de dezembro 2025.

Até a data destas Demonstrações Financeiras, a Companhia não possui inadimplências tomando em consideração os aspectos anteriormente destacados e, portanto, concluiu não ser necessária a constituição de provisão para perdas com crédito de liquidação duvidosa-PECLD.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

7.1 Imposto de renda e contribuição social corrente

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
Imposto de Renda (IRPJ)	-	-	-	-
Contribuição Social (CSLL)	-	-	7.750	6.865
Saldo negativo de IRPJ	24.207	10.015	-	-
Saldo negativo de CSLL	-	917	-	-
	<u>24.207</u>	<u>10.932</u>	<u>7.750</u>	<u>6.865</u>

7.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Tributos diferidos ativos		
Créd. tributário s/ Prejuízo Fiscal e Base Negativa	4.292.450	4.422.354
Provisão para litígios	88.380	42.757
Outras diferenças temporárias	15.635	15.550
Total ativo	<u>4.396.465</u>	<u>4.480.661</u>
Tributos diferidos passivos		
Custo de transação-debêntures	(207)	(225)
Total passivo	<u>(207)</u>	<u>(225)</u>
Tributos diferidos ativos, líquidos	<u>4.396.258</u>	<u>4.480.436</u>

A Companhia possui R\$ 4.396.258 em imposto de renda e contribuição social diferidos ativos líquidos em 31 de dezembro de 2025, substancialmente oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, além de diferenças temporárias entre as bases fiscal e contábil.

Os montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis são resultantes da melhor estimativa dos lucros tributáveis futuros, sendo a base do valor registrado formada pelas diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, cuja realização esperada é como segue:

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Realização	
2026	(40.307)
2027	(45.920)
2028	(121.630)
2029	(121.659)
2030	(134.361)
Após 2030 até 2042	(3.932.381)
	<u>(4.396.258)</u>

7.3 Conciliação da despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.117.890	910.418
Total do IRPJ e CSLL calculado às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente	(380.083)	(309.542)
Efeitos de Adições e Exclusões:		
Demais adições e exclusões permanentes	(7.180)	(6.192)
Composição tributos diferidos	-	33.087
Incentivos Fiscais (a)	190.837	152.712
Total da despesa de IRPJ e CSLL	<u>(196.426)</u>	<u>(129.935)</u>
Alíquota Efetiva	<u>17,57%</u>	<u>14,27%</u>

a) Incentivos Fiscais

A Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), por meio de laudos constitutivos, reconheceu o direito à redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração das atividades de geração de energia elétrica pelo prazo de 10 anos, a partir de 2018, cujo montante do benefício apurado até 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 190.041 (em 31 de dezembro de 2024 R\$ 152.712).

7.4 Demais assuntos tributários

a) Não homologação de compensação de IRRF

Não homologação do pedido de compensação formalizado perante a Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil, referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre o resgate de aplicação financeira, o valor total discutido é de R\$ 424 em 31 de dezembro de 2025.

Prática Contábil:

O imposto de renda e a contribuição social, apurados sobre o lucro ajustado para fins fiscais, são reconhecidos na demonstração do resultado, dividido em corrente e diferidos, no período em que ocorre o resultado (lucro

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

ou prejuízo) correspondente. O imposto de renda e a contribuição social, relacionados com os outros resultados abrangentes, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, sem transitar pelo resultado do exercício, e apresentados na demonstração de resultado abrangente.

IRPJ e CSLL correntes

Os tributos correntes são registrados como despesa no resultado do período em que o lucro tributável é determinado, aplicando-se as alíquotas vigentes sobre a base de cálculo ajustada conforme o regime fiscal. O lucro tributável é o valor do lucro sujeito à tributação, calculado ajustando o lucro contábil para incluir ou excluir certos itens de receita e despesa que são tratados de maneira diferente para fins fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados de forma líquida, por entidade contribuinte, quando há um direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e a intenção de quitar em bases líquidas.

IRPJ e CSLL diferidos

O resultado com imposto de renda e a contribuição social diferidos representa o resultado tributário originado (i) das receitas e despesas que, devido às regras tributárias, não podem ser consideradas na base de cálculo do pagamento de imposto de renda e contribuição social na apuração do exercício, mas que poderão ser utilizadas em exercícios seguintes (diferenças temporárias), e (ii) de eventual prejuízo do exercício.

Os créditos reconhecidos no resultado, relacionados ao imposto de renda e a contribuição social diferidos, originados por diferenças temporárias ou por eventuais prejuízos, são reconhecidos no ativo de acordo a projeção de lucro tributável futuro e de utilização das diferenças temporárias.

Estimativas e julgamentos críticos

Para a manutenção dos ativos fiscais diferidos resultantes dos prejuízos fiscais acumulados e das diferenças temporárias, a Companhia projeta seus resultados futuros considerando as premissas macroeconômicas, a estrutura operacional e seu planejamento estratégico.

Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Companhia avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

Na data-base destas demonstrações financeiras, a Companhia avaliou as suas operações e concluiu que sua posição fiscal e contábil está em conformidade, não apresentando incertezas quanto a aceitação pelo Fisco.

Reforma Tributária

A Reforma Tributária, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pelas Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026, substitui as cobranças de PIS, COFINS, IPI, ICMS, ISS e parte do IOF por um sistema de IVA dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS (federal) e Imposto sobre Bens e Serviços - IBS (estadual e municipal), além do Imposto Seletivo - IS.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

A transição começará em 2026, ano conhecido como "período de testes", com alíquotas de referência de 0,1% para IBS e 0,9% para CBS, sem, contudo, recolhimento efetivo, mas com exigência de emissão de nota fiscal no novo padrão XML e potencial cumprimento de outras obrigações acessórias.

A partir do ano de 2027 se inicia a cobrança da CBS, enquanto o ICMS e o ISS serão substituídos pelo IBS até 2033, de forma que ainda não é possível mensurar os impactos definitivos dos novos tributos criados (IBS, CBS e IS) para os contribuintes.

Nesse contexto, com vistas a assegurar a conformidade da Companhia com o novo regime tributário a partir de 2026, estão sendo realizadas adequações de sistemas e cadastros, revisões operacional e contratual e treinamentos de pessoal quanto aos impactos para as operações da empresa.

8. OUTROS ATIVOS

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Ordens em curso P&D (i)	33.391	58.983
CCEE - Cauções e depósitos (ii)	51.552	26.901
Desativações em curso	5.758	-
Despesas pagas antecipadamente	938	26.544
Impostos e contribuições	151	5.578
Adiantamentos a fornecedores	1.119	3.504
Adiantamentos a pessoal	523	168
Devedores diversos	175	457
	93.607	122.135
Não circulante		
Ordens em curso P&D (i)	18.564	20.529
Depósitos judiciais (iii)	101.138	100.811
Mútuo - Madeira Energia	4.862	4.444
Despesas pagas antecipadamente	209	296
Devedores diversos	12	7
	124.785	126.087
	218.392	248.222

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Custos dos serviços relacionados aos gastos com os projetos em andamento de Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”). Ao encerrar os respectivos projetos, os saldos são compensados em contrapartida ao passivo correspondente;
- (ii) Aporte em garantia para liquidação na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica);
- (iii) Trata-se de recursos retidos e penhorados, referentes à Execução Fiscal nº 7041505-98.2016.8.22.0001, que diz respeito à cobrança de ISS pelo Município de Porto Velho, incidente sobre valores recolhidos em outro município.

9. CAIXA RESTRITO

	31/12/2025	31/12/2024
Não circulante		
Reserva do BNDES (i)	235.204	262.305
Reserva dos AGENTES (i)	253.376	263.565
Reserva do FNO (ii)	21.898	21.320
Reserva de O&M (iii)	18.347	16.518
	<u>528.825</u>	<u>563.708</u>

Composição:

- (i) Após a assunção da dívida do BNDES FINEM pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras (atualmente AXIA Energia), ficou previsto um saldo equivalente a três vezes o valor da parcela vincenda. Será acessada somente em eventual não pagamento da parcela pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras (atualmente AXIA Energia), condição mantida até o final da amortização do contrato de financiamento. Informações adicionais na nota explicativa nº 13.1 (iii) “Garantias”;
- (ii) Ao saldo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida do financiamento FNO (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte). Será acessada somente em eventual não pagamento da parcela, condição mantida até o final da amortização do contrato de financiamento. Informações adicionais na nota explicativa nº 13.1 (iii) “Garantias”;
- (iii) A Conta Reserva de O&M (Operação e Manutenção), que deverá permanecer composta durante toda vigência do Contrato de Cessão Fiduciária. Informações adicionais na nota explicativa nº 13.1 (i) “Garantias”.

Prática Contábil:

Os caixas restritos possuem caráter obrigatório e estão vinculados, principalmente, às obrigações da Companhia com os financiamentos, debêntures e perante a CCEE. Estes depósitos estão auferidos até a data do balanço e registrados ao custo histórico, acrescidos dos rendimentos.

10. IMOBILIZADO

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

- a) Valor recuperável dos ativos de longo prazo (imobilizado e intangível)

O ativo imobilizado é composto principalmente, pelos custos de construção da UHE, para os quais uma provisão para redução ao valor recuperável pode ser necessária sempre que seu valor contábil pode não ser recuperável.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, com base nos testes realizados, não foram identificados resultados negativos que pudessem requerer o registro de perdas para os ativos de longo prazo

A seguir demonstramos a movimentação do imobilizado:

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2025:

	Barragens, reservatórios e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em curso	Direito de uso	Outros	Total
Taxa média de depreciação a.a.	3,24%	3,32%	4,18%	-	22,48%	4,02%	
Custo	8.707.770	4.602.300	9.722.363	189.358	2.432	675.302	23.899.525
Depreciação acumulada	(2.910.550)	(1.526.992)	(3.455.831)	-	(1.650)	(127.986)	(8.023.009)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.797.220	3.075.308	6.266.532	189.358	782	547.316	15.876.516
Adição	-	-	-	72.561	-	3.324	75.885
Baixas	(8.283)	-	(38)	(14.919)	(349)	-	(23.589)
Depreciação	(256.121)	(134.866)	(325.358)	-	(433)	(20.708)	(737.486)
Transferências	20.555	3.339	81.173	(8.446)	-	(96.621)	-
Saldo em 31 de dezembro 2025	5.553.371	2.943.781	6.022.309	238.554	-	433.311	15.191.326
Custo	8.720.042	4.605.639	9.803.498	238.554	2.083	582.005	23.951.821
Depreciação acumulada	(3.166.671)	(1.661.858)	(3.781.189)	-	(2.083)	(148.694)	(8.760.495)

Em 31 de dezembro de 2024:

	Barragens, reservatórios e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em curso	Direito de uso	Outros	Total
Taxa média de depreciação a.a.	3,24%	3,32%	4,18%	-	22,48%	4,02%	
Custo	8.686.570	4.600.689	9.710.079	192.570	2.432	649.560	23.841.900
Depreciação acumulada	(2.655.095)	(1.392.228)	(3.132.236)	-	(1.127)	(107.258)	(7.287.944)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.031.475	3.208.461	6.577.843	192.570	1.305	542.302	16.553.956
Adição	-	-	-	47.821	-	42.342	90.163
Baixas	(9.475)	(20)	(6.224)	(241)	-	(16.600)	(32.560)
Depreciação	(255.455)	(134.764)	(323.595)	-	(523)	(20.728)	(735.065)
Transferências	30.675	1.631	18.508	(50.792)	-	-	22
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.797.220	3.075.308	6.266.532	189.358	782	547.316	15.876.516
Custo	8.707.770	4.602.300	9.722.363	189.358	2.432	675.302	23.899.525
Depreciação acumulada	(2.910.550)	(1.526.992)	(3.455.831)	-	(1.650)	(127.986)	(8.023.009)

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Prática Contábil:

Registrado ao custo de aquisição e construção. Inclui a capitalização dos encargos de empréstimos tomados especificamente para o financiamento de projetos, líquidos das receitas financeiras auferidas com esses recursos. Inclui também (quando aplicável): (a) adiantamentos a fornecedores para aquisição de bens que integram o imobilizado; (b) estoque de bens para aplicação no imobilizado; (c) gastos relacionados com as ações ambientais de proteção, monitoramento, reflorestamento, recuperação ou compensação dos impactos socioambientais; e (d) outros gastos realizados para concluir a obra como um todo. Dessa forma, foram utilizadas as vidas úteis estabelecidas pela ANEEL ou o período de concessão como base para depreciação do ativo imobilizado, dos dois, o menor período.

A Companhia avalia periodicamente se há indicação de desvalorização dos seus principais ativos não financeiros. A avaliação é realizada por UGC, que corresponde a um grupo de ativos capaz de gerar entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos. Se houver indicação de desvalorização, o valor recuperável da UGC é estimado e confrontado com o saldo contábil atual. Caso o valor recuperável seja inferior ao valor contábil, é registrada perda com desvalorização do ativo.

Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia tem a concessão da Usina de Santo Antônio como seu principal ativo operacional, sendo este considerado uma UGC única, não havendo outra UGC testada na companhia, com as dinâmicas operacionais e comerciais integralizadas nesta unidade. Na avaliação periódica, são analisados critérios internos e externos que poderiam afetar a recuperabilidade da usina, contemplando aspectos operacionais, regulatórios, financeiros, de mercado e de desempenho econômico.

Após a aplicação dos testes de identificação de indícios de desvalorização (“*triggers*”) — incluindo todos os critérios internos e externos — não foram identificados quaisquer indícios de perdas por *impairment* no exercício de 2025.

Dessa forma, não se realizou o teste de *impairment* no referido período.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

11. INTANGÍVEL

Em 31 de dezembro de 2025:

	Software	Direito de concessão	Uso do bem público	Servidões	Intangível em curso	Licença de operação	Total
Taxa média de amortização a.a.	20,52%	3,88%	3,20%	3,07%	-	17,78%	
Custo	37.575	906.436	199.339	10.226	2.208	213.506	1.369.290
Amortização acumulada	(32.004)	(112.978)	(77.894)	(2.967)	-	(99.721)	(325.564)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.571	793.458	121.445	7.259	2.208	113.785	1.043.726
Adições	-	-	-	-	38.757	-	38.757
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações	(6.800)	(34.850)	(5.319)	(318)	-	(50.913)	(98.200)
Transferências	21.315	-	(1)	-	(36.900)	15.586	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	20.086	758.608	116.125	6.941	4.065	78.458	984.283
Custo	58.890	906.436	199.338	10.226	4.065	229.092	1.408.047
Amortização acumulada	(38.804)	(147.828)	(83.213)	(3.285)	-	(150.634)	(423.764)

Em 31 de dezembro de 2024:

	Software	Direito de concessão	Uso do bem público	Servidões	Intangível em curso	Licença de operação	Total
Taxa média de amortização a.a.	20,52%	3,88%	3,20%	3,07%	-	17,78%	
Custo	32.022	906.436	199.339	10.226	7.317	186.887	1.342.227
Amortização acumulada	(30.777)	(78.128)	(72.576)	(2.649)	-	(66.393)	(250.523)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.245	828.308	126.763	7.577	7.317	120.494	1.091.704
Adições	-	-	-	-	1.623	26.619	28.242
Baixas	-	-	-	-	(1.157)	-	(1.157)
Amortizações	(1.227)	(34.850)	(5.318)	(318)	-	(33.328)	(75.041)
Transferências	5.553	-	-	-	(5.575)	-	(22)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.571	793.458	121.445	7.259	2.208	113.785	1.043.726
Custo	37.575	906.436	199.339	10.226	2.208	213.506	1.369.290
Amortização acumulada	(32.004)	(112.978)	(77.894)	(2.967)	-	(99.721)	(325.564)

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

12. FORNECEDORES

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante		
Suprimento de energia elétrica	164.732	97.725
Encargos de uso da rede elétrica	87.926	84.005
Materiais e serviços	34.412	30.357
Retenções contratuais	14.888	17.330
	<u>301.958</u>	<u>229.417</u>
Não circulante		
Retenções contratuais	10.347	7.697
	<u>10.347</u>	<u>7.697</u>
	<u>312.305</u>	<u>237.114</u>

Prática Contábil:

A rubrica de fornecedores é mensurada a custo amortizado, sendo os passivos baixados mediante a liquidação do título e as variações monetárias, quando aplicável, são reconhecidas no resultado financeiro. A Companhia reconhece nesta rubrica as obrigações relacionadas com encargos de uso da rede elétrica, suprimento de energia elétrica, compras de energia elétrica e compras de bens, mercadorias e de serviços. Além disso, também são reconhecidas as compras de energia elétrica no âmbito da CCEE.

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures devidos pela Companhia é divulgado a valor presente, conforme segue:

13.1 Empréstimos e financiamentos**Composição:**

	<u>Moeda</u>	<u>Encargos Financeiros</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Passivo circulante				
Banco da Amazônia S.A. - FNO (a)	R\$	Juros de 10,0% a.a. (*)	65.635	60.084
Custos de transação a amortizar	R\$	-	(52)	(52)
			<u>65.583</u>	<u>60.032</u>
Passivo não circulante				
Banco da Amazônia S.A. - FNO (a)	R\$	Juros de 10,0% a.a. (*)	257.393	321.237
Custos de transação a amortizar	R\$	-	(207)	(258)
			<u>257.186</u>	<u>320.979</u>
			<u>322.769</u>	<u>381.011</u>

(*) Bônus de adimplência de 15%, taxa nominal 8,5% a.a.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2025:

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2024	60.032	320.979
Encargos financeiros provisionados	26.421	-
Encargos financeiros pagos	(26.744)	-
Amortização de principal	(57.971)	-
Transferências	63.845	(63.845)
Custos de transação	52	-
Transferências de custos de transação	(52)	52
Saldo em 31 de dezembro de 2025	65.583	257.186

Em 31 de dezembro de 2024:

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2023	54.635	378.897
Encargos financeiros provisionados	31.572	-
Encargos financeiros pagos	(31.521)	-
Amortização de principal	(52.624)	-
Transferências	57.957	(57.957)
Custos de transação	52	-
Transferências de custo de transação	(39)	39
Saldo em 31 de dezembro de 2024	60.032	320.979

(a) Banco da Amazônia S.A. - FNO

As parcelas liberadas decorrem do contrato de financiamento firmado entre a Companhia e o Banco da Amazônia S.A. em 11 de março de 2009 e aprovado com base na Decisão de Diretoria nº 1.120/2008, de 16 de dezembro de 2008, com intervenção da Controladora e dos acionistas da Controladora, no valor total de R\$ 322.769, cujos recursos financeiros são oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO. O referido contrato de financiamento teve como objetivo a implantação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio (nota explicativa nº 1).

O financiamento do FNO não foi objeto de reestruturação da dívida ocorrida em 2023, sendo, em 31 de dezembro de 2025, o único financiamento da Companhia.

Vencimento das parcelas - não circulante (principal)

	2027	2028	2029	2030	Total
Principal e Encargos	70.322	77.382	76.730	32.959	257.393

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Esta composição não considera o custo de transação.

(i) Garantias:

Para assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato de Financiamento do FNO e da 1ª emissão de debêntures, foram constituídas as seguintes garantias:

- Penhor da totalidade das ações da Companhia de propriedade da Madeira Energia S.A. - MESA, acionista e Controladora integral da Companhia;
- Cessão fiduciária entre a Companhia e os credores, envolvendo os direitos de titularidade da mesma e todas as suas contas reservas (nota explicativa nº8 “Caixa restrito”), em decorrência do Contrato de Concessão de Uso do bem público para geração de energia elétrica, incluindo os direitos creditórios de sua titularidade referentes aos Contratos de Compra e Venda de Energia (CCVE) e os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), Contratos de Compra de Reduções de Emissão de Carbono (CCREC), se vierem a ser firmados, e cessão condicional dos contratos do projeto de execução da Usina Hidrelétrica Santo Antônio;
- Suporte de acionistas para cobertura de insuficiências que vierem a ocorrer na execução do projeto, além de frustrações das fontes de recursos previstas para utilização nos investimentos do projeto;
- Fiança da controladora indireta Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras (atualmente AXIA Energia) para assegurar o pagamento integral de quaisquer obrigações do contrato de financiamento do FNO e da 1ª emissão de debêntures.

(ii) Cláusulas restritivas:

O contrato de financiamento do FNO e das Debêntures (nota explicativa nº 13), possuem cláusulas restritivas (“*covenants*”) financeiras e não financeiras. Adicionalmente, considerando que a SAESA é um *Project finance* e que, mesmo após a assunção da dívida, foram mantidas garantias específicas ao BNDES e aos Agentes Repassadores, foram mantidas determinadas cláusulas restritivas financeiras e não financeiras atribuídas à MESA e à SAESA.

“*Covenants*” são cláusulas contratuais, exigidas nos contratos de financiamentos e empréstimos, que controlam as atividades da Companhia e de sua controladora, criadas para proteger o interesse do credor. Estes indicadores estabelecem condições que não podem ser descumpridas. Caso isto ocorra, e se configurado o descumprimento de quaisquer “*covenants*”, o credor poderá exigir o vencimento antecipado da dívida (“*default*”).

Os principais *covenants* são referentes à: (a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida mínimo em 1,2 até 2024, e em 1,3 de 2025 até o final da liquidação do financiamento do FNO e da 1ª emissão de debêntures; (b) Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 0,25 (aplicável apenas para a 3ª emissão de debêntures); (c) Índice de Dívida Líquida/Patrimônio Líquido menor ou igual a 3,5 (aplicável apenas para a 1ª emissão de debêntures); (d) cumprimento de condicionantes socioambientais; e (e) limitação de endividamento da SAESA no montante de R\$ 7.500.000.

Conforme obrigação do contrato de financiamento do FNO e nas escrituras das debêntures, os indicadores financeiros (*covenants*) são apurados anualmente, a partir do exercício social encerrado. Contudo, a Companhia realiza o monitoramento destes indicadores trimestralmente.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia atendeu a todos os “*covenants*”, conforme obrigações previstas nos contratos de financiamentos e escrituras de debêntures.

(iii) Garantias relacionadas ao financiamento assumido pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras (atualmente AXIA Energia):

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

No âmbito da negociação da assunção da dívida do BNDES FINEM em 2023, restou acordado que parte da dívida assumida pela Eletrobras (atualmente denominada AXIA Energia), no montante de R\$ 9.591.773, permaneceria garantida pela MESA e pela SAESA. Dessa forma, foram mantidas as seguintes garantias prestadas ao BNDES e aos Agentes Repassadores:

- (1) Penhor da totalidade das ações da Companhia de propriedade da Madeira Energia S.A. - MESA;
- (2) Contas Reservas dos Serviços da Dívida do BNDES e dos AGENTES (nota explicativa nº 9 “Caixa restrito”):
 - Composição equivalente a três vezes do valor da última prestação vencida do contrato de Assunção de dívida do BNDES de longo prazo e dos AGENTES, podendo variar de acordo com o valor da última parcela;
 - Será acessada somente em eventual não pagamento da parcela, pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras (atualmente AXIA Energia);
 - Condição mantida até o final da amortização do contrato de financiamento.

13.2 Debêntures

As debêntures compartilham das mesmas garantias e cláusulas restritivas mencionadas no item 13.1.

Composição:

	31/12/2025			31/12/2024	
Remuneração	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Total
IPCA + juros de 6,5% a.a.	1.062.671	25.665	(50)	1.088.286	516.929
	1.058.923	79.577	-	1.138.500	574.672
	2.121.594	105.242	(50)	2.226.786	1.091.601
IPCA + juros de 6,5% a.a.	1.206.856	-	(279)	1.206.577	2.153.587
	1.351.012	-	(280)	1.350.732	2.284.521
	2.557.868	-	(559)	2.557.309	4.438.108
	4.679.462	105.242	(609)	4.784.095	5.529.709

Movimentação:

Em 31 de dezembro de 2025:

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.091.601	4.438.108
Encargos financeiros provisionados	301.397	237.761
Amortização cash sweep (i)	(719.321)	-
Encargos financeiros pagos (ii)	(216.014)	-
Amortização (ii)	(349.487)	-
Transferência	371.524	(371.524)
Transferência amortização <i>cash sweep</i> (i)	1.747.086	(1.747.086)
Amortização de custos de transação	50	-
Transferências de custos de transação	(50)	50
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.226.786	2.557.309

- (i) Amortização extraordinária prevista no contrato de cessão fiduciária, a ser realizada em fevereiro de 2026.

Em 31 de dezembro de 2024:

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2023	650.316	5.153.327
Encargos financeiros provisionados	13.611	620.814
Encargos financeiros pagos	(499.472)	-
Amortização	(409.327)	-
Transferência	617.152	(617.152)
Transferência amortização <i>cash sweep</i> (i)	719.321	(719.321)
Amortização de custos de transação	440	-
Transferências de custos de transação	(440)	440
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.091.601	4.438.108

- (i) Amortização extraordinária prevista no contrato de cessão fiduciária, a ser realizada em fevereiro de 2026.

1ª Emissão

O FI-FGTS é o único debenturista desta emissão e compartilha das mesmas garantias e cláusulas restritivas apresentadas na nota explicativa nº 13.1 (i) e (ii).

Conforme previsto no contrato de cessão fiduciária, após a liquidação das debêntures da 3ª emissão (em abril de 2024), ao final de cada exercício considerando a data base de dez/23, o excedente a R\$ 450.000 de caixa livre (valor a ser atualizado monetariamente pela variação acumulada do IPCA anual), será repassado ao debenturista para amortização extraordinária dos juros capitalizados (*cash sweep*).

O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 15 (quinze) parcelas anuais, sendo:

- (i) 1ª série: outubro de 2023 a outubro de 2037
(ii) 2ª série: junho de 2024 a junho de 2038

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Vencimento das parcelas de debêntures - não circulante (principal e encargos¹)

	2027	2028	2029	2030	2031	Após 2031	Total
Principal e Encargos ¹	222.299	222.299	222.299	222.299	222.299	1.446.373	2.557.868

¹ Juros e atualizações monetárias.**Prática Contábil:**

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que eles estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Instrumentos financeiros que são, obrigatoriamente, resgatáveis em uma data específica são classificados como passivo.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

14. ENCARGOS SETORIAIS

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Obrigações relacionadas ao P&D (i)	39.545	81.887
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	21.732	15.907
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico (FNDCT)	1.745	3.235
Ministério De Minas e Energia (MME)	872	1.618
Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	1.044	971
Taxa de Fiscalização	1.282	1.226
	<u>66.220</u>	<u>104.844</u>
Não circulante		
Obrigações relacionadas ao P&D (i)	29.368	9.804
Obrigações vinculadas a concessão	21.468	5.554
	<u>50.836</u>	<u>15.358</u>
	<u>117.056</u>	<u>120.202</u>

- (i) Montante indica o saldo a pagar para realização dos projetos de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento). Os montantes realizados são contabilizados em “Outros Ativos”. Após encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao ativo (nota explicativa nº 8).

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

15. PROVISÕES SOCIOAMBIENTAIS

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Programas básicos ambientais (i)	46.283	55.368
	46.283	55.368
Não circulante		
Programas básicos ambientais (i)	142.726	131.372
	142.726	131.372
	189.009	186.740

- (i) Nas rubricas “Programas básicos ambientais” estão registradas as estimativas da Administração em relação aos gastos socioambientais em cumprimento às condicionantes previstas nas Licenças de Instalação nº 540/2008, Licença de Operação nº 1.044/2011 - 1ª Renovação, 2ª Retificação e na Autorização Especial nº 15/2018, todas expedidas pelo IBAMA.

Movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2024	55.368	131.372
Revisão da Estimativa (i)	20.557	-
Atualização	797	7.562
Realizações	(26.647)	-
Transferências	(3.792)	3.792
Saldo em 31 de dezembro de 2025	46.283	142.726

Movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2023	143.225	77.228
Revisão da Estimativa (i)	29.331	-
Termo de Compromisso (efetivação)	(13.091)	(15.346)
Atualização	1.221	7.502
Realizações	(43.330)	-
Transferências	(61.988)	61.988
Saldo em 31 de dezembro de 2024	55.368	131.372

- (i) Reavaliação da Provisão Socioambiental com contrapartida em Imobilizado (Terrenos) e intangível (Licença de Operação), respectivamente notas explicativas nº 10 e 11, conforme prática contábil descrita na sequência;

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Prática Contábil:

O IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, concedeu licenças ambientais à Companhia, as quais impõem condicionantes para a construção e operação do empreendimento. Os gastos relacionados às condicionantes foram estimados com base nos custos históricos, pesquisa de mercado e conhecimento técnico (*know-how*).

A Companhia registra a provisão socioambiental de acordo com a Resolução ANEEL nº 674/2015 em consonância com os CPC 27, CPC 04 e a Orientação OCPC 05, que prevê que os valores referentes às condicionantes socioambientais incorporem o custo dos imobilizados (LI-Licença de Instalação) e intangível (LO-Licença de Operação).

Cabe ressaltar que referida Orientação possibilita ainda o ajuste futuro da provisão em contrapartida ao imobilizado e ou intangível, pois há complexidade em estimar gastos futuros com total certeza.

A Companhia, sempre que necessário, reavalia os compromissos assumidos com os diversos órgãos e fornecedores a fim de sempre apresentar a melhor estimativa dos gastos com as Condicionantes Socioambientais.

16. OUTROS PASSIVOS

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Credores Diversos	43.247	36.100
Obrigações socioambientais (i)	32.150	31.431
	75.397	67.531
Não Circulante		
<i>Waiver fee</i> (ii)	113.484	101.503
Obrigações socioambientais (i)	23.504	43.531
Benefício pós-emprego (iii)	387	2.436
Credores Diversos	1.657	305
	139.032	147.775
	214.429	215.306

- (i) Termo de Compromisso Compensação Ambiental (TCCA): Instrumento por meio do qual foram formalizadas e estabelecidas as condições para o cumprimento, pela Companhia, da compensação ambiental de que trata o artigo 36, da Lei nº 9.985/2000, decorrente do licenciamento ambiental da UHE Santo Antônio;
- (ii) *Waiver fee* devido à 1ª Emissão de debêntures da SAESA, cujo único debenturista é o FI-FGTS, como condição autorizativa à renegociação (reperfilamento) dos empréstimos ocorrida em dez/2018;
- (iii) A Companhia oferece aos seus atuais e futuros aposentados e aos seus dependentes o benefício de assistência à saúde pós emprego. O direito a esse benefício é condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço, ou à sua invalidez enquanto funcionário ativo. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes, no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

17. PROVISÕES PARA LITÍGIOS

A Administração da Companhia, com base na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica os processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

- 17.1 Perda provável – a Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada nos seguintes valores:

	31/12/2025	31/12/2024
Não circulante		
Cíveis (i)	447.073	344.939
Ambientais	11.508	7.165
Trabalhista	4.007	3.101
	462.588	355.205
	462.588	355.205

A variação se deve, majoritariamente, à mudança de prognóstico em 28 ações de pesca de perda possível para perda provável (que impactam no provisionamento), decorrente de decisões desfavoráveis confirmadas em 2ª instância.

(i) Cíveis

Trata-se, majoritariamente, de:

- ACP Joana D'Arc

Ação civil pública movida com o objetivo de reconhecer supostos impactos da implantação e operação da UHE Santo Antônio sobre os Projetos de Assentamento Joana D'Arc I, II e III, exigindo o pagamento de indenização e o remanejamento das famílias afetadas pela Companhia. Foi proferida sentença desfavorável, mantida pelo TJRO, condenando a SAESA ao pagamento de danos morais coletivos no valor de R\$ 3.000, além do reassentamento, indenização, auxílio financeiro e fornecimento de assistência. A Companhia apresentou recurso especial, que aguarda julgamento pelo STJ. Ressalta-se que, em razão de dois acordos celebrados com o MPRO, que implicaram na negociação de 686 lotes (82% da totalidade dos lotes envolvidos na demanda), remanescem aproximadamente 152 lotes no processo, que podem se beneficiar da condenação. Provisão estimada em aproximadamente R\$ 120.000.

- Pesca

São reclamações por prejuízos decorrentes de suposta redução da quantidade de peixes no Rio Madeira em razão da construção das Usinas Santo Antônio e Jirau e, conseqüentemente, queda em suas produções pesqueiras e de suas rendas. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui 49 ações desse grupo com prognóstico de perda provável, totalizando R\$ 438.957, sendo que, em razão da solidariedade, R\$ 259.638 para a Companhia e R\$ 179.320 para Jirau (em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 22 ações desse grupo com prognóstico de perda provável, totalizando R\$ 211.214, sendo que, em razão da solidariedade, R\$ 113.674 para a Companhia e R\$

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2025**Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

97.540 para Jirau).

- Desapropriação direta

Trata-se de ação judicial, por meio da qual se busca adquirir a propriedade de um bem, quando não há acordo amigável sobre o valor da indenização em procedimento administrativo, para sua destinação à atividade de interesse público, sendo outorgado a Concessionários por meio do Decreto-Lei nº 3.365/41 e Lei nº 8.987/94 e respectivo contrato de concessão. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui 21 ações desse grupo com prognóstico de perda provável, totalizando R\$ 22.950 (em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 29 ações desse grupo com prognóstico de perda provável totalizando R\$ 52.457).

- Desbarrancamento / Efeitos da Cheia

Reclamações relacionadas com possíveis impactos da implantação e operação da UHE Santo Antônio e reflexos da operação do empreendimento que teria interferido no comportamento do rio Madeira e provocado o desbarrancamento de imóveis localizados às margens do rio Madeira. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui 21 ações desse grupo com prognóstico de perda provável, totalizando R\$ 10.305 (em 31 de dezembro de 2024, a Controlada possuía 42 ações desse grupo com prognóstico de perda provável, totalizando R\$ 10.443).

- Conversão do Lote de Produção e Área de Reserva Legal

Trata-se de conversão da obrigação de entregar o lote produção e/ou de ARL em perdas e danos, em razão do suposto descumprimento pela Cia. dos termos de acordo celebrados para remanejamento da comunidade. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui 14 ações desse grupo com prognóstico de perda provável totalizando R\$ 7.275 (em 31 de dezembro de 2024, a Controlada possuía 14 ações desse grupo com prognóstico de perda provável totalizando R\$ 11.651).

Estas provisões tiveram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a seguinte evolução:

Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>355.205</u>
Constituições de provisões (a)	205.403
Reversões de provisões	(45.444)
Liquidações (b)	(18.394)
Atualizações / Reversões de atualizações monetárias	<u>(34.182)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>462.588</u>

- Trata-se majoritariamente de 28 ações de pesca que tiveram decisões desfavoráveis confirmadas em segunda instância e, portanto, os prognósticos foram alterados de possível para provável;
- Trata-se majoritariamente de: (i) pagamentos de acordos judiciais celebrados em ações de desapropriação e entrega/conversão de reserva legal; e (ii) pagamentos realizados em condenações.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Em relação à reversão de atualizações monetárias, a Companhia realizou a revisão dos critérios de cálculo de atualização monetária e juros, ajustados em razão da promulgação da Lei 14.905/2024 e entendimento dos Tribunais Superiores e Estaduais, que resultou na redução dos valores atualizados de toda a carteira.

Estas provisões tiveram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a seguinte evolução:

Saldos em 31 de dezembro de 2023	408.883
Constituições de provisões	99.425
Reversões de provisões	(52.297)
Liquidações	(100.004)
Atualizações / Reversões de atualizações monetárias	(802)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	355.205

- 17.2 Perda possível - são processos em que a possibilidade de perda é maior que remota. Em 31 de dezembro de 2025, a base de processos judiciais classificados como possíveis totalizam o montante de R\$ 2.528.393 (R\$ 4.112.499 em dezembro de 2024), os quais são periodicamente reavaliados e, ao menos, na data das demonstrações financeiras, pelos assessores jurídicos externos e pela Administração da Companhia, não requerendo a constituição de provisão.

Composição:

	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis (i)	1.430.441	3.084.170
Tributárias (ii)	1.059.114	992.780
Ambientais (iii)	36.867	32.939
Trabalhista (iv)	959	2.610
Regulatórios	1.012	-
	2.528.393	4.112.499

A variação se deve, majoritariamente, (i) à alteração de prognóstico de “possível” para “remoto” de ações de pesca, que tiveram prescrição reconhecida em segunda instância no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas; (ii) ao aumento de ações trabalhistas, especialmente de responsabilidade subsidiária da Controlada; e (iii) à revisão dos critérios de cálculo de atualização monetária e juros, ajustados em razão da promulgação da Lei 14.905/2024 e entendimento dos Tribunais Superiores e Estaduais.

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível destacam-se as seguintes:

- (i) Cíveis

As ações judiciais de natureza cível referem-se, em sua maioria, (i) à indenização por suposta redução da quantidade de peixes no rio Madeira em razão da construção das Usinas Hidrelétricas Santo Antônio e Jirau, (ii) a indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pela implantação ou operação da Hidrelétrica

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Santo Antônio ou que pretendem majorar e/ou receber indenizações por conta das desapropriações realizadas. Adicionalmente, há uma demanda de anulação de sentença arbitral proposta por Acionista, relativa ao Procedimento Arbitral CAM 115/18.

- Pesca

São reclamações por prejuízos decorrentes de suposta redução da quantidade de peixes no Rio Madeira em razão da construção das Usinas Santo Antônio e Jirau e, consequentemente, queda em suas produções pesqueiras e de suas rendas. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui ações de pesca com prognóstico de perda possível que totalizam R\$ 1.902.947, sendo que, em razão da solidariedade, R\$ 1.063.633 para a Companhia e R\$ 839.314 para Jirau (em 31 de dezembro de 2024, a Controlada possuía ações de pesca com prognóstico de perda possível que totalizam R\$ 4.366.613, sendo que, em razão da solidariedade, R\$ 2.433.608 para a Controlada e R\$ 1.933.005 para Jirau).

- Desapropriação direta

Trata-se de ação judicial, por meio da qual se busca adquirir a propriedade de um bem, quando não há acordo amigável sobre o valor da indenização em procedimento administrativo, para sua destinação à atividade de interesse público, sendo outorgado a Concessionários por meio do Decreto-Lei nº 3.365/41 e Lei nº 8.987/94 e respectivo contrato de concessão. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui ações relacionadas às desapropriações diretas com prognóstico de perda possível que totalizam R\$ 23.137 (em 31 de dezembro de 2024, esse valor era de R\$ 23.956).

- Desbarrancamento / Efeitos da Cheia

Reclamações relacionadas com possíveis impactos da implantação e operação da UHE Santo Antônio e reflexos da operação do empreendimento que teria interferido no comportamento do rio Madeira e provocado o desbarrancamento de imóveis localizados às margens do rio Madeira. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui ações relacionadas a desbarrancamento com prognóstico de perda possível, que totalizam R\$ 80.380 (em 31 de dezembro de 2024, esse valor era de R\$ 241.805).

(ii) **Tributárias**

Processos administrativos ou judiciais para discussão de (i) não homologação de pedidos de compensação formalizados perante a Delegacia Especial da Receita Federal; (ii) não homologação de compensação de IRRF; (iii) defesa em autos de infração e demandas judiciais questionando o recolhimento de ISSQN; (iv) multas relativas ao cumprimento de obrigações acessórias relacionadas ao PIS e a COFINS; (v) defesa em notificação recebida da SEFIN-RO para o recolhimento das diferenças de ICMS relativas ao Diferencial de Alíquota das operações de entradas interestaduais de mercadorias eventualmente realizadas, ambos na vigência do Termo de Acordo de Regime Especial nº 058/2014.

- ICMS - Diferencial de Alíquotas

Trata-se de cobranças pelo Estado de Rondônia da parcela do ICMS diferencial de alíquotas referente às operações interestaduais praticadas pela Santo Antônio Energia em relação às mercadorias empregadas na construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e a bens destinados a seu imobilizado. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui processos administrativos discutindo estas cobranças no valor de R\$ 795.533 (em 31 de dezembro de 2024, este valor era de R\$ 716.562).

(iii) **Ambientais**

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Autos de infração referentes a questões ambientais ocorridas na implantação ou operação da Hidrelétrica Santo Antônio.

(iv) Trabalhista

Diversas ações, nas quais a Companhia responde, em sua maioria, subsidiariamente, em que questionam, entre outros, verbas trabalhistas, tais como, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade.

17.3. Litígios por solidariedade

Os litígios por solidariedade referem-se a pleitos formulados nas demandas judiciais em que a Companhia é parte e cuja liquidação espera-se que seja custeada também pelas demais partes que ocupam o polo passivo do processo.

Em 31 de dezembro de 2025, os litígios por solidariedade com natureza cível, estimados para a outra parte solidária, totalizam R\$ 1.018.634 (em 31 de dezembro de 2024, esse valor era de R\$ 2.030.545). Esses litígios envolvem demandas cíveis relacionadas a duas questões principais de (i) indenizações buscadas por pessoas impactadas pela implantação ou operação do Complexo Hidrelétrico do rio Madeira e (ii) demandas ajuizadas pleiteando o cumprimento de obrigações relativas ao licenciamento ambiental das empresas do Complexo Hidrelétrico do rio.

31/12/2025		
	Possível	Provável
Cível	839.314	179.320
	Total	1.018.634
31/12/2024		
	Possível	Provável
Cível	1.933.005	97.540
	Total	2.030.545

Prática Contábil:

As provisões para litígios judiciais são reconhecidas como obrigações presentes (legais ou não formalizadas) resultantes de eventos passados, em que é possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação é provável. Nesse caso, tal litígio ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos seriam mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais (jurisprudência).

18. DIVIDENDOS A PAGAR

	31/12/2025	31/12/2024
Dividendos do exercício	322.808	149.095
	322.808	149.095

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Prática Contábil:

Pelas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou Lucro Líquido de R\$ 921.464 e, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o seu Estatuto Social, a Companhia pretende declarar e pagar dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em cada exercício social, no montante de 25% do seu lucro líquido, após dedução de 5% de reserva legal.

Em função de restrições previstas no contrato de financiamento do FNO e na escritura de debêntures da 1ª emissão nos quais a Companhia figura como devedora e nas escrituras de debêntures de sua emissão, a Companhia somente poderá distribuir os dividendos mínimos obrigatórios, após a conclusão física e financeira do projeto. Igualmente, somente poderá distribuir dividendos e/ou juros sobre capital próprio acima do mínimo obrigatório após a expressa autorização do Banco da Amazônia e da aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas ou após a liquidação total do financiamento e debêntures.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social Integralizado

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 15.716.969 dividido em 1.801.134.793.836 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, cuja titularidade integral da Madeira Energia S.A - MESA (Controladora). Em 31 de dezembro de 2024 o capital social era de R\$ 15.716.969 dividido em 1.801.134.793.836 ações.

b. Reservas de lucros

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Legal (i)	67.960	31.389
Incentivos fiscais (ii)	<u>342.753</u>	<u>152.712</u>
	<u>410.713</u>	<u>184.101</u>

(i) Reserva Legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social, em conformidade com a Lei 6.404/1976.

(ii) Reserva de incentivo fiscal (SUDAM)

A Reserva de Incentivos Fiscais foi criada pela Lei nº 11.638/2007. Por meio desta última, foi retirada da Lei nº 6.404/1976 a alínea “d” do § 1º Art. 182, que permitia a contabilização de doações e subvenções para investimento como reserva de capital, e incluído o artigo 195-A que possibilita à Assembleia Geral, por proposta dos órgãos da administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, a qual poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

c. Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária.

A seguir a distribuição dos resultados, imputados aos dividendos mínimos, nos termos da legislação aplicável, a ser deliberada em Assembleia Geral Ordinária:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	921464	780.483
Constituição da reserva de incentivos fiscais	(190.041)	(152.712)
Constituição da reserva legal	<u>(36.571)</u>	<u>(31.389)</u>
Lucro líquido ajustado - base de cálculo da remuneração	<u>694.852</u>	<u>596.382</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (nº 18)	<u>173.713</u>	<u>149.096</u>

d. Dividendos adicionais propostos

A parcela que exceder ao previsto legal ou estatutariamente deve ser mantida no patrimônio líquido, em conta específica, do tipo “dividendo adicional proposto”, até a deliberação definitiva que vier a ser tomada pelos sócios.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	921464	780.483
Reserva legal	(226.612)	(184.101)
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>(173.713)</u>	<u>(149.095)</u>
Dividendos adicionais propostos	<u>521.139</u>	<u>447.287</u>

Prática Contábil:

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

20. RESULTADO POR AÇÃO

A tabela a seguir estabelece o cálculo do resultado por lote de mil ações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (em milhares, exceto valor por lote de mil ações, apresentado em reais):

	<u>Exercícios findos em 31 de dezembro</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Resultado do exercício	921.464	780.483
Média ponderada do número de ações ordinárias	1.801.134.793.836	1.801.134.793.836
Resultado básico e diluído por lote de mil ações ordinárias (em reais)	<u>0,51</u>	<u>0,43</u>

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Prática Contábil:

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação.

A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação.

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita com energia elétrica é reconhecida no resultado mensalmente, de acordo com a entrega dos volumes de energia previstos nos contratos de fornecimento e suprimento de energia. Uma receita não é reconhecida se há incerteza de sua realização.

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
Fornecimento de energia à indústria (i)	230.440	276.862
Suprimento de energia elétrica (ii)	5.241.184	4.826.900
Energia de curto prazo (iii)	276.759	300.399
	5.748.383	5.404.161
(-) Deduções da receita		
P & D	(49.241)	(46.775)
ICMS	(32.198)	(42.498)
PIS e COFINS	(528.747)	(495.954)
Encargos setoriais	(146.388)	(120.926)
	(756.574)	(706.153)
Receita operacional líquida	4.991.809	4.698.008

- (i) Vendas destinadas a consumidores finais;
- (ii) Vendas destinadas a revendedores de energia;
- (iii) Energia liquidada no âmbito da CCEE.

Prática Contábil:

A receita com energia elétrica é reconhecida no resultado mensalmente de acordo com a entrega dos volumes de energia previstos nos contratos de fornecimento e suprimento de energia.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**22.1 Custos operacionais**

	Exercícios findos em 31 de dezembro			Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2025			2024		
	Custos dos serviços			Custos dos serviços		
	Com energia elétrica	De operação	Total	Com energia elétrica	De operação	Total
Energia comprada para revenda (i)	(1.458.265)	-	(1.458.265)	(1.272.889)	-	(1.272.889)
Encargos de uso e conexão (ii)	(916.545)	-	(916.545)	(875.648)	-	(875.648)
Créditos de Pis e Cofins	219.678	8.681	228.359	198.745	10.193	208.938
Pessoal	-	(83.784)	(83.784)	-	(77.544)	(77.544)
Material	-	(29.841)	(29.841)	-	(19.141)	(19.141)
Serviços de terceiros	-	(122.278)	(122.278)	-	(115.839)	(115.839)
Depreciação e amortização	-	(827.926)	(827.926)	-	(808.211)	(808.211)
Outros	-	(36.322)	(36.322)	-	(40.218)	(40.218)
	(2.155.132)	(1.091.470)	(3.246.602)	(1.949.792)	(1.050.760)	(3.000.552)

- (i) Compras de energia em atendimento à estratégia comercial da Companhia, a fim de mitigar a exposição energética e financeira decorrente do risco hidrológico (*GSF*). Estas operações são realizadas com fornecedores bilaterais e por meio do ambiente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O ano de 2025 registrou aumento do PLD de 75% comparado ao valor de 2024 (R\$ 224/MWh em 2025 contra R\$ 128/MWh em 2024). Além disso, houve uma piora no *GSF*, que registrou 87% em 2024 reduzindo para 83%, em 2025 devido a uma hidrologia desfavorável.

- (ii) Encargo de uso da rede elétrica é uma obrigação decorrente do contrato firmado com o ONS (Operador Nacional do Sistema) e concessionárias de transmissão para prestação do serviço de transmissão de energia. Os valores são calculados em função da tarifa de uso de transmissão da rede básica e do montante do uso do sistema de transmissão contratado pela UHE Santo Antônio Energia.

22.2 Despesas gerais e administrativas

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
Litígios	(175.209)	(66.164)
Pessoal e administradores da entidade	(86.124)	(81.989)
Serviços	(32.145)	(31.900)
Associações em geral	(2.862)	(2.884)
Amortização e depreciação	(1.989)	(1.750)
Seguros	-	(2)
Outras	(4.310)	3.486
Aluguéis e arrendamentos	(696)	(669)
Materiais	(242)	(372)
Tributos	(7.285)	(562)
	(310.862)	(182.806)

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

23. RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	281.690	128.061
Outras receitas financeiras	1.616	3.943
Variações monetárias moeda nacional	10.835	847
Variações monetárias (Uso do bem público)	1.966	556
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(13.709)	(6.301)
	282.398	127.106
Despesas financeiras		
Juros de dívidas	(565.579)	(665.997)
Variações monetárias (Uso do bem público)	(39.562)	(37.327)
Variações monetárias moeda nacional	10.685	(21.965)
Outras despesas financeiras	(4.688)	(6.432)
	(599.144)	(731.721)
	(316.746)	(604.615)

Prática Contábil:

No resultado financeiro são registrados, principalmente, os encargos das dívidas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, os juros dos passivos de arrendamentos, e os ganhos e perdas referentes às aplicações financeiras.

24. PARTES RELACIONADAS

Patrimonial	Controlada							
	31/12/2025				31/12/2024			
	Acionista da Controlada	Acionista da Controladora	Outras Partes Relacionadas	Empresas Eletrobras	Acionista da Controlada	Acionista da Controladora	Outras Partes Relacionadas	Empresas Eletrobras
Ativos								
Clientes	-	18.061	4.901	14.698	-	-	6.154	20.726
Outros Ativos	4.862	-	-	-	4.444	-	-	-
Total Ativo	4.862	18.061	4.901	14.698	4.444	-	6.154	20.726
Passivos								
Suprimento de energia elétrica	-	25.485	-	5.469	-	10.491	-	5.239
Encargos de uso da rede elétrica	-	7.995	-	26.443	-	-	-	31.970
Outros passivos	-	33.095	-	-	-	21.738	-	-
Total Passivo	-	66.575	-	31.912	-	32.229	-	37.209

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controlada							
	Exercícios findos em 31 de dezembro							
	2025				2024			
	Acionista da Controlada	Acionista da Controladora	Outras Partes Relacionadas	Empresas Eletrobras	Acionista da Controlada	Acionista da Controladora	Outras Partes Relacionadas	Empresas Eletrobras
Resultado								
Receita com venda de energia	-	212.649	59.159	119.435	-	-	67.781	93.480
Outras receitas	418	-	-	-	274	-	-	-
Compra de energia elétrica	-	(284.677)	-	(56.706)	-	(108.615)	-	(54.241)
Encargo de uso da rede elétrica	-	(95.565)	-	(308.167)	-	-	-	(307.669)
Outros custos e despesas	-	(66.513)	-	(151)	-	(58.065)	-	-
	418	(234.106)	59.159	(245.589)	274	(166.680)	67.781	(268.430)

Prática Contábil:

De acordo com sua governança, a Companhia pode realizar transações com partes relacionadas para aproveitar sinergias e alcançar eficiência operacional, melhorando, assim, seu resultado conjuntamente considerado, sendo realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas, com prévia aprovação do Conselho de Administração, nas condições definidas na Política de Transações com Partes Relacionadas.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os gastos com o pessoal chave da Administração, compostos pela Diretoria Estatutária, Conselho Fiscal e Conselho de Administração, contemplam os salários e pró-labores, benefícios diretos e indiretos e seus respectivos encargos, seus efeitos nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são demonstrados na tabela abaixo:

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
Remuneração fixa (i)	1.123	1.788
Remuneração variável da diretoria estatutária	707	560
Benefícios diretos e indiretos	126	178
Total	1.956	2.526

- (i) A remuneração é composta por salários, pró-labores e seus respectivos encargos.

25. COMPROMISSOS CONTRATUAIS

A Companhia possui compromissos contratuais relacionados a contratos de compras e venda de energia, firmados em condições de mercado, cujos registros no resultado ocorrerão em suas competências futuras, ao longo dos prazos dos contratos. Apresentamos a seguir, os valores nominais desses contratos atualizados para a data base de 31 de dezembro de 2025.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Venda de energia	2026	2027	2028	2029	2030	Após 2030	Total
	5.747.340	5.684.963	3.286.407	3.277.428	3.157.498	36.041.845	57.195.481
Compra de energia	2026	2027	2028	2029	2030	Após 2030	Total
	1.159.979	1.046.295	288.431	283.892	280.667	2.143.118	5.202.382

Prática Contábil:

A Companhia possui compromissos contratuais relacionados a contratos de compras e venda de energia, firmados em condições de mercado, cujos registros no resultado ocorrerão em suas competências futuras, ao longo dos prazos dos contratos.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Reafirmação dos *Ratings* das debêntures

Em 14 de janeiro de 2026, a agência de classificação de risco *Fitch* reafirmou o *Rating* Nacional de Longo Prazo em 'AAA (bra)' da 1ª Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 02 (duas) Séries, da Espécie com Garantia Real e com Garantias Adicionais da Companhia (1ª Emissão).

b) Amortização extraordinária dos juros das debêntures “*Cash Sweep*”

Em 13 de fevereiro de 2026, em atendimento às condições do contrato de cessão fiduciária, a Companhia realizou a amortização extraordinária (*cash sweep*) das debêntures, no valor de R\$ 1.747.086.

* * *